



Universidade do Minho

Instituto de Letras e Ciências Humanas

Diana Catarina Sousa Costa

**Euroscript Portugal: da tradução
técnica à criação de recursos
terminológicos multilingue**

Tese de Mestrado

Mestrado em Tradução e Comunicação Multilingue

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professora Doutora Sílvia Lima Gonçalves Araújo

Professor Doutor Álvaro Iriarte Sanromán

Declaração

Nome: Diana Catarina Sousa Costa

Endereço electrónico: dianacscosta@gmail.com **Telefone:** 912727757 / 253612549

Número do Bilhete de Identidade: 12523591

Título:

euroscript Portugal: da tradução técnica à criação de recursos terminológicos multilingue

Orientador(es):

Professora Doutora Silvia Lima Gonçalves Araújo

Professor Doutor Álvaro Iriarte Sanromán

Ano de conclusão: 2012

Designação do Mestrado:

Mestrado em Tradução e Comunicação Multilingue

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE/TRABALHO

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Dados de Identificação

Estagiária

Diana Catarina Sousa Costa

Mestrado em Tradução e Comunicação Multilíngue

N.º de aluno: pg17595

Endereço Eletrónico: dianacscosta@gmail.com

Orientador na Universidade do Minho

Prof.ª Doutora Sílvia Lima Gonçalves Araújo

Docente do Departamento de Estudos Românicos

Instituto de Letras e Ciências Humanas

Endereço Eletrónico: saraujo@ilch.uminho.pt

Coorientador na Universidade do Minho

Prof. Doutor Álvaro Iriarte Sanromán

Docente do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos

Instituto de Letras e Ciências Humanas

Endereço Eletrónico: alvaro@ilch.uminho.pt

Orientadora no local de estágio

Doutora Sílvia Sacadura

Linguistic Consultant & Bid Manager

euroscript Portugal

Endereço Eletrónico: silvia.sacadura@euroscript.pt

Agradecimentos

A quem me apoiou agora e sempre e ao longo de toda a vida: obrigada mãe, pai e irmão.

Aos colegas de turma do Mestrado por tornarem o nosso pequeno grupo numa segunda casa, em especial à Céline e à Melanie por toda a paciência e por todos os momentos em que nos rimos juntas (mesmo quando não havia muitos motivos).

A quem me deu as bases para descobrir o meu caminho e orientação para continuá-lo, ou seja, a todos os professores do Mestrado.

À Professora Sílvia Araújo e à Doutora Sílvia Sacadura, em especial, por toda a paciência antes, durante e após todo este trabalho.

Ao meu outro irmão pela troca de ideias, pela partilha de experiências e pela amizade que demonstrou sempre, mesmo quando estava longe: obrigada Zezas.

À minha “segunda família” cujo apoio, embora não direto, foi sempre incondicional.

À minha alma gémea: tu!

Resumo

Ao longo da história da humanidade a tradução tem representado um dos papéis principais funcionando como uma forma de transferência de conhecimento a nível global. Como povo de descobridores, os portugueses desde cedo sentiram a necessidade de atravessar fronteiras e, conseqüentemente, de comunicar com outros povos em diferentes línguas fazendo da tradução não só um meio de comunicação, mas também um método de transferência cultural e de cooperação entre as nações. A União Europeia é o exemplo perfeito desta cooperação já que está ligada geográfica, social e economicamente.

Acompanhando o progresso, a tradução tem vindo a evoluir tanto teoricamente como aplicada na prática. As mudanças são mais visíveis no que respeita à função do tradutor que, inicialmente, apenas se focava em transferir textos de uma língua para outra, mantendo-se fiel à equivalência sintática e semântica do texto original. Atualmente, a importância humana e social incumbida no processo de tradução e no tradutor é muito maior estando eventualmente ligada à rápida e crescente internacionalização de toda a informação. Este fator foi despoletado sobretudo pela ascensão da Internet a meio de comunicação por excelência.

Assim, a tradução funciona atualmente dentro da indústria da linguagem. As empresas de tradução existentes competem por um lugar de destaque dentro deste mercado, investindo em tradutores especializados e num leque alargado de combinações de línguas de trabalho permitindo, assim, o aumento das probabilidades de se diferenciarem de outras empresas.

O presente relatório pretende demonstrar a importância das funções desempenhadas no âmbito do estágio do Mestrado em Tradução e Comunicação Multilíngue dentro da *euroscript Portugal*, que, como empresa internacional, funciona como um dos elos de ligação entre as várias nações pertencentes à União Europeia. Tem, ainda, como objetivo apontar como o trabalho de tradutor é levado a cabo em colaboração com esta empresa. Pretende-se mostrar de que forma o tradutor está também limitado pelos prazos de entrega, pelas regras impostas no processo de tradução e pelos problemas que surgem ao longo das traduções. Apesar destas imposições, pretende-se manter latente o esforço para manter a qualidade no trabalho realizado.

Abstract

Throughout history, translation has played a leading role in worldwide knowledge transfer. As a people of explorers, the Portuguese have always felt an urge to cross borders and, therefore, to communicate with other peoples in different languages. This made translation not only a communication tool, but also a method for cultural transference and cooperation between nations. Today, the European Union is a perfect example of cooperation since it enjoys geographical, social and economic unity.

Keeping pace with progress, translation has evolved both as a concept as as a profession. These changes are more important when it comes to the translator's role since, at first, it was only about text transfer from one language to another, keeping faithful to syntactic and semantic equivalence to the source text. Nowadays, the human and social importance of the translation process and even of the translator is much bigger. This characteristic is explained by the quickly increasing internationalization of information triggered by the growth of Internet as the new means of communication par excellence.

Therefore, translation is now an important part of the language industry. The existing translation companies compete for a place of prominence on this market, investing in specialized translators as well as in a wide range of language combinations, thus allowing for an increased probability of differentiation from other companies.

This report aims to demonstrate the importance of the work developed within the scope of the Masters in Multilingual Translation and Communication traineeship inside *euroscript Portugal*, which, as an international company, links the different nations that make up the European Union, while maintaining the high standards of quality of the work performed. It also aims to point out how the translator's work is carried out in collaboration with this particular company and how the translator is limited by deadlines, by the imposed rules through the translation process and by the problems that occur along the translation, even when the effort to maintain the quality of the work is easily identifiable.

Índice

Declaração	i
Dados de Identificação	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice de Abreviaturas	xi
Índice de Ilustrações	xii
Índice de Tabelas	xii
Índice de Gráficos	xii
1. Introdução	1
2. Contextualização teórica	2
2.1. Definição de tradução.....	2
2.1.1. Tipos de tradução.....	3
2.1.2. Características da tradução especializada	5
2.2. O trabalho terminológico na tradução especializada	7
2.3. A teoria aplicada à prática	9
3. Enquadramento do estágio - motivações e contextualização	10
3.1. Preâmbulo	11
3.2. O grupo <i>euroscript International S.A.</i>	12
4. Instruções e ferramentas de tradução	16
4.1. Introdução e estruturação do estágio	16
4.1.1. A Direção-Geral das Empresas e da Indústria da União Europeia	18
4.1.2. Tipos de documentos – regras de tradução e revisão	19
4.1.3. Ferramentas de tradução.....	29
5. Estudos de caso - estratégias e métodos de tradução	38
5.1. Objetivos.....	38
5.2. Documento <i>N-2012-0138-EL</i>	39
5.3. Documento <i>N-2012-0139-FR</i>	40
5.4. Documento <i>N-2012-0156-DA</i>	41
5.5. Documento <i>N-2012-0308-NL</i>	43
6. Conclusão	46
7. Bibliografia	48
8. Anexos	51

Índice de Abreviaturas

CAT – Computer-Assisted/Aided Translation
JOCE – Jornal Oficial das Comunidades Europeias
JOUE – Jornal Oficial da União Europeia
TRIS – Technical Regulations Information System
UE – União Europeia

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Estrutura da euroscript International.....	13
Ilustração 2 - Organograma da euroscript Portugal	15
Ilustração 3 - Exemplo de uma mensagem de notificação disponível no TRIS	25
Ilustração 4 - Ficheiro no Microsoft Excel de levantamento de terminologia	30
Ilustração 5 - Página de pesquisa por número natural no Eur-Lex http://eur-lex.europa.eu/RECH_naturel.do	34
Ilustração 6 - Exemplo de busca pelo termo “electronic communication services”	36

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Categorias de classificação das variedades de tradução	6
Tabela 2 - Estrutura da reunião de formação	17
Tabela 3 - Comparação terminológica referente ao termo “Journal officiel de la République française”	41
Tabela 4 – Análise do termo “refrigerated trailer”	45

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Diversidade de subtipos de mensagens traduzidas	20
Gráfico 2 – Diversidade de subtipos de notificações traduzidas.....	21

*A translation is no translation, he said,
unless it will give you the music of a poem
along with the words of it.*

John Millington Synge

The original is unfaithful to the translation.
Jorge Luis Borges

1. Introdução

Agora mais do que nunca o mercado de trabalho é limitado e, conseqüentemente, muito mais exigente. Como país desenvolvido, Portugal disponibiliza cada vez mais pessoas especializadas nas mais diversas áreas o que possibilita, àqueles que procuram um determinado serviço, comparar e fazer a melhor escolha entre um vasto leque de ofertas.

A área da tradução não é exceção: existe muita oferta nas mais variadas áreas que abrangem o conceito de tradução e para o consumidor final a escolha pode tornar-se difícil. Por este motivo, entre outros de igual importância, a preocupação principal de um novo tradutor que tenta ingressar o mercado de trabalho será destacar-se pelo empreendedorismo e, acima de tudo, como não poderia deixar de ser, pela qualidade do seu trabalho. Por conseguinte, estas qualidades mostram-se de maior importância no momento de conseguir um lugar numa empresa de tradução. Com a concorrência apertada, as empresas esforçam-se por se rodear de bons profissionais.

A realização deste estágio serve como a melhor das preparações para o mercado de trabalho da tradução especializada, permitindo a integração nos métodos, nas ferramentas e nos processos de trabalho da empresa *euroscript*.

Assim, o presente relatório de estágio é apresentado como uma pequena compilação dos conhecimentos adquiridos ao longo do Mestrado em Tradução e Comunicação Multilíngue e a sua posterior aplicação no mercado de trabalho, em colaboração com a empresa de tradução *euroscript Portugal Lda*. Pretende-se, numa primeira parte, apresentar uma base teórica sobre a qual assenta todo o trabalho de tradução e terminologia realizado durante o estágio seguindo-se, então, uma apresentação e enquadramento da empresa dentro do mercado atual de tradução em Portugal. Essenciais a qualquer trabalhador, independentemente da área, são as ferramentas que utiliza e estas são apresentadas numa terceira parte, abrindo então espaço para a análise do trabalho de tradução em si através de alguns estudos de caso.

2. Contextualização teórica

2.1. Definição de tradução

São várias as teorias relacionadas com o termo “tradução”, assim como as definições que estão associadas ao termo em si. Partindo de uma ideia geral da tradução, é possível afirmar que tudo o que é dito ou escrito numa determinada língua tem um equivalente numa outra língua. Segundo Robinson (2003), o conceito de tradução pode ainda variar consoante o grupo de pessoas que analisa o tema: pessoas que não praticam a mesma não vão, com certeza, estar de acordo no que refere ao significado do termo em comparação com o que o tradutor entende por processo de tradução. No entanto, em ambos os casos, a tradução é assimilada como um meio de comunicação, seja esta feita entre diferentes línguas ou não, atividade esta que remonta ao início da raça humana e que permite a troca de ideias e de pontos de vista. O facto de comunicarmos implica transmissão de informação, compreensão e assimilação da mesma e, sem nos apercebermos, estamos a traduzir a mensagem que recebemos tendo em conta os conhecimentos adquiridos ao longo da vida e o processo cognitivo de cada um. Tal facto pode significar que existe um tradutor em cada um de nós, apesar de nem todos enveredarem pelo ramo da tradução como atividade profissional. Esta situação advém do facto de a tradução, por se tratar de um processo, implicar várias fases distintas que incluem, entre outras, o estudo da mensagem (ou texto) original, a sua interpretação e contextualização e, por fim, a transferência dessa mesma mensagem que, quando é feita para outra língua, vai exigir do tradutor um conhecimento profundo de ambas as línguas e culturas para que a mensagem não se perca durante o processo. Assim, e apesar de sermos todos potenciais tradutores, são necessárias certas características que acabam por individualizar cada um dos profissionais desta área; Abdellah (2002) define a tradução como uma ciência, uma arte e uma competência:

“[...] a science in the sense that it necessitates complete knowledge of the structure and make-up of the two languages concerned. [...] an art since it requires artistic talent to reconstruct the original text in the form of a product that is presentable to the reader who is not supposed to be familiar with the original. [...] a skill because it entails the ability to smooth over any difficulty in the translation, and the ability to provide the translation of something that has no equal in the target language.” (Abdellah, 2002)

Esta definição pode aplicar-se no caso da tradução textual interlinguística (tema que será abordado mais à frente) já que refere o conhecimento de duas línguas e a construção textual. No entanto, a tradução não se aplica somente ao nível do texto escrito. Assim, e mantendo a ideia de que a tradução é utilizada como meio de comunicação, traduzimos quando transmitimos a interpretação de uma imagem ou de um som, de um esquema ou de um quadro. Do mesmo modo é feita tradução quando é utilizada linguagem gestual para transmitir determinada mensagem, por exemplo. Em conclusão, a tradução é um meio de responder às necessidades comunicativas do ser humano, sejam estas por que motivos forem, tendo sempre em conta que existem, pelo menos, dois intervenientes: o tradutor da mensagem, que usa as suas capacidades interpretativas e comunicativas para passar a mensagem ao recetor (o segundo elemento do processo de tradução) de modo a que este consiga perceber e assimilar a mensagem. Gouadec (2002) afirma que “tout ce qui se communique – pas seulement par des moyens linguistiques – est susceptible de traduction” e define o processo de tradução como “permettre que la communication se fasse par-delà un obstacle autrement infranchissable [...]”

Por não existir um consenso quanto à definição de tradução e, ao mesmo tempo, todas as definições existentes serem, em conjunto, uma representação do que esta significa na atualidade, não é pretendido com este trabalho criar uma definição que agrupe todos os conceitos existentes (até porque tal seria impossível), mas sim apresentar algumas das variadas tipologias e áreas que a mesma engloba de modo a que o trabalho empreendido possa ser enquadrado teoricamente (apesar de estar focado, maioritariamente, em tradução interlinguística), assim como algumas das perspetivas de definição do conceito de tradução.

2.1.1. Tipos de tradução

A tipologia da tradução aqui abordada tem como base fundamental as teorias apresentadas pelo linguista russo Jakobson (1959) no seu trabalho “On Linguistic Aspects of Translation”. Segundo o autor, existem três formas diferentes de interpretação e tradução dos signos verbais: a tradução intralinguística, a tradução interlinguística e a tradução intersemiótica.

2.1.1.1. Tradução intralinguística

Para Jakobson (1959), este tipo de tradução consiste numa interpretação de signos verbais por meio de outros signos da mesma língua. Como qualquer outra tradução, esta engloba um texto de partida e um de chegada que serão produzidos numa mesma língua e que, segundo o autor, “uses either another, more or less synonymous, word or resorts to a circumlocution.” (Jakobson, 1959) Podemos exemplificar a tradução intralinguística com uma obra de Luís de Camões, por exemplo *Os Lusíadas*, quando esta é analisada por um leitor atual. Esta tradução realizada de forma mais ou menos automática pelo leitor é considerada uma tradução na medida em que este interpreta a linguagem utilizada por Luís de Camões que, apesar de fazer uso da língua portuguesa, recorre a termos e construções diferentes das utilizadas atualmente. Existe ainda tradução intralinguística entre dialetos como, por exemplo, no caso do português do Brasil e o português Europeu. No entanto, mesmo dentro do português Europeu, existem diferentes dialetos que variam consoante as regiões do país. A tradução intralinguística pode ainda aplicar-se no que refere à utilização de recursos de estilo como a paráfrase, na aplicação de sinonímia ou de discurso indireto.

2.1.1.2. Tradução interlinguística

No que refere à tradução interlinguística, para além dos textos de partida e de chegada, esta envolve ainda um tradutor. Espera-se, então, do tradutor um conhecimento elevado das duas línguas de trabalho já que na tradução interlinguística “the translator recodes and transmits a message received from another source. Thus translation involves two equivalent messages in two different codes.” (Jakobson, 1959) De notar que o facto de uma pessoa ser bilingue não implica que possua capacidades para trabalhar como tradutor, ou tenha o que Albir (2005) denomina de «competência tradutória». A tradução interlinguística acontece, então, quando um texto é traduzido de uma língua para outra ou, “when we have an interpretation of verbal signs by means of signs of some other language.” (Jakobson, 1959)

2.1.1.3. Intersemiótica

No que refere à tradução intersemiótica, Jakobson (1959) define-a como “an interpretation of verbal signs by means of signs of nonverbal sign systems.” Isto significa que um romance que é adaptado para o cinema, por exemplo, é uma tradução intersemiótica (apesar de parcial) já que alguns dos signos linguísticos são substituídos por imagens. Assim, a forma mais usual de tradução intersemiótica é a que acontece entre o sistema verbal e o não-verbal, apesar de também poder surgir entre dois sistemas não-verbais (dança e música, por exemplo).

O trabalho empreendido ao longo deste projeto integra-se na tipologia de tradução interlinguística, no entanto, creio ser importante o facto de esta ser devidamente contextualizada entre os vários tipos de tradução existentes para que possa ser exposta a verdadeira complexidade da tradução em si, na medida em que mesmo apesar de o estágio se resumir à tradução interlinguística, é aplicada, em alguns casos, também a intralinguística aquando a análise de traduções anteriores que constam nas memórias de tradução utilizadas ao longo do projeto.

Para uma melhor contextualização dos projetos de tradução levados a cabo, considero ainda importante a divisão da tradução na sua variada tipologia textual apresentando, para isso, breves descrições e exemplos das várias tipologias textuais existentes.

2.1.2. Características da tradução especializada

A classificação da tradução ao longo deste trabalho baseia-se, sobretudo, no campo temático do texto de partida, ou tipo de tradução, ainda que seja uma classificação incompleta na medida em que, segundo Hurtado (2001), existem quatro categorias de classificação que permitem definir e caracterizar as traduções.

<i>Categorias de classificação</i>	<i>Variedades de tradução</i>
Âmbito socioprofissional do texto original	Tipos de tradução
Modo de tradução (oral, escrita...)	Modalidades de tradução
Natureza do processo no indivíduo (profissional, pedagógica...)	Classes de tradução
Método empregue (literal, livre...)	Métodos de tradução

Tabela 1 – Categorias de classificação das variedades de tradução

Neste sentido, a maior distinção no que refere a tipologia textual no momento de traduzir aplica-se, sobretudo, entre a tradução literária e a tradução especializada. A explicação desta distinção reside no facto de as abordagens a cada um destes tipos de texto serem completamente diferente.

No caso da tradução especializada podemos referir, entre outros, a associação de conceitos como o de terminologia e de bases terminológicas que, no caso da tradução literária, não terão a mesma (e, em alguns casos, nenhuma) utilidade. No entanto, mesmo a linha que separa e distingue a tradução literária da tradução especializada é bastante ténue sendo que talvez apenas os textos jurídicos possam ser diferenciados dos restantes tipos de texto.

Mais uma vez, a abordagem que é feita aos textos de partida vai delimitar as diferenças entre a tradução especializada e a literária, já que a liberdade de criação e de imaginação num processo de tradução literária não se aplica aquando da tradução de um texto científico. A tradução especializada caracteriza-se ainda pela sua orientação ao leitor/ao destinatário, dado o seu objetivo ser o de permitir a comunicação de informação a grupos relativamente definidos de pessoas (Scarpa, 2010). A esta característica da tradução especializada aplica-se o que, em estudos da tradução, Vermeer (2000) definiu como teoria do *Skopos*, e que foca sobretudo o *purpose* ou finalidade da tradução. Este traço distintivo não é partilhado com a tradução literária, em que o objetivo principal é o de manter a ideia original do autor, tentando não dispersar da sua forma de estruturação frásica ou da sua ordem de ideias.

Associada à tradução especializada está o que Scarpa (2010) denomina de *langue de spécialité*, um código caracterizado pelo seu léxico particular com traços morfo-sintáticos e textuais específicos. São estes traços que distinguem as várias *langues de spécialité* ou

linguagens especializadas e que as tornam um método de expressão e de comunicação mais eficaz e funcional dentro de uma determinada área. Este tipo de linguagem exige, ainda, que o tradutor possua um domínio sobre o campo temático em questão, assim como da terminologia associada. Através destes traços podemos também distinguir o tipo de tradução, dentro da tradução especializada, em função de uma sub-tipologia textual: tradução científica, tradução técnica, tradução jurídica, tradução económica, etc.

2.2. O trabalho terminológico na tradução especializada

O conceito de linguagens especializadas referido anteriormente está diretamente ligado com o tratamento da terminologia, cuja divisão e classificação depende da utilização, significado e função que lhe é atribuída nos diferentes meios em que é utilizada. A seleção de unidades terminológicas realizada pelo tradutor pressupõe uma análise prévia, sendo que um tradutor especializado deve poder contar com um *corpus* terminológico suficientemente rico, de modo a que o seu trabalho seja facilitado e, na hipótese de grande parte das traduções realizadas se centrarem numa mesma temática, a terminologia seja mantida e aplicada de modo coerente.

Determinados autores apontam para uma diferença entre os glossários (ou bases terminológicas) elaborados pelo tradutor e os que são produzidos como ferramenta de trabalho para os tradutores. Apesar de o trabalho terminológico realizado ao longo de estágio se assemelhar às características que definem um glossário do tradutor, é relevante estabelecer a definição de ambos, englobando as características de cada um:

- Os glossários do tradutor caracterizam-se pelo seu formato simples, com soluções para as traduções que foram trabalhadas, com entradas bilingues e com equivalências de termos ou fraseologia e exemplos de utilização dentro de um contexto. São, por norma, construídas através de um processador de texto e/ou o recurso a tabelas;
- Os glossários para o tradutor são construídos com base em estudos terminológicos e podem surgir em formato monolíngue, bilingue ou plurilíngue. Podem conter várias informações a nível de contexto, definições, conceitos relacionados, processos de formação, etc.

De facto, o trabalho de tradutor especializado tem, também, uma vertente de terminólogo já que nem sempre os termos ou expressões a traduzir estão disponíveis em glossários ou bases terminológicas especializadas. Perante a frequente pressão sobre o tempo de trabalho, assim como a escassez de recursos, nem sempre existe a possibilidade de consultar um terminólogo com quem discutir as possibilidades de tradução e utilização, pelo que o tradutor tem de possuir uma capacidade de consulta, pesquisa e recolha de informação (com recurso a textos paralelos, por exemplo) que lhe permita levantar a terminologia que proporcione a solução mais viável, mantendo sempre como objetivo a transmissão da mensagem original, mas tendo em conta a finalidade do texto e o público a que se destina.

Associado à importância que o trabalho terminológico desempenha durante todo o processo de tradução, nas várias fases que este compreende, surge o facto de que ao serem traduzidos vários textos dentro de uma mesma temática ou sub-tipologia textual, o tradutor depara-se muitas vezes com a repetição de informação no campo da terminologia, que pode abranger apenas alguns termos, mas também frases ou expressões. No caso dos textos de natureza jurídica, por exemplo, e como irá ser analisado mais à frente no presente relatório, termos como, por exemplo, “Draft” serão sempre traduzidos por “Projeto”. O facto de existir uma ferramenta que proceda à tradução automática do termo, tendo em consideração a terminologia aplicada em projetos de tradução anteriores, vem mais uma vez facilitar e contribuir para uma melhor gestão do tempo de trabalho. Esta funcionalidade das memórias de tradução tem, efetivamente, mais impacto no que refere a frases mais longas, em que apenas são alteradas algumas palavras, em casos em que o conteúdo restante é mantido. No final, todo o texto que já tenha sido anteriormente traduzido, não terá de ser trabalhado novamente.

O papel das memórias de tradução no cenário atual da tradução especializada tem vindo a ganhar terreno de forma rápida, de tal modo que muitas podem já ser comercializadas dentro do círculo de tradutores tendo em conta o tempo que lhes é dedicado. Dentro das empresas de tradução, como é o caso da *euroscript*, a importância e a necessidade de uma memória de tradução partilhada por todos os colaboradores é, sem dúvida alguma, evidente no mercado atual, assim como os trabalhos de atualização e manutenção das mesmas, dado que a correta gestão das memórias de tradução significam um trabalho final de maior qualidade e a consequente rentabilização dos trabalhos. A memória de tradução faz parte da propriedade intelectual de cada empresa e por isso os trabalhos de gestão devem ser realizados com os

maiores dos esforços, tendo em conta o papel que representam na qualidade final do texto, assegurando a consistência dos termos utilizados, assim como uma redução de custos nas traduções subsequentes.

2.3. A teoria aplicada à prática

Nem todas as opiniões convergem na máxima de que um bom tradutor tem de possuir conhecimento teórico sobre a tradução. No entanto não existem provas concretas de que tal aconteça até porque durante um trabalho de tradução o limite apertado de tempo a que, como referido anteriormente várias vezes, este está sujeito, não permite muitas vezes que o texto seja abordado de forma substancialmente teórica. Apesar disso, e como um jogador de xadrez pode jogar sem saber a teoria por trás das suas jogadas, o conhecimento das regras não é, frequentemente, o bastante para resolver um problema. Esta linha de raciocínio aplica-se no trabalho do tradutor, que pode ser realizado apenas com conhecimento das duas línguas envolvidas. No entanto, e como afirma Pym (2010) “some awareness of different theories might be of practical benefit when confronting problems for which there are no established solutions”.

3. Enquadramento do estágio - motivações e contextualização

Tratando-se da última fase do Mestrado em Tradução e Comunicação Multilingue, este relatório pretende demonstrar de que forma foi levado a cabo o estágio, quais os trabalhos desenvolvidos e de como foram aplicados os conhecimentos adquiridos, sobretudo no que refere à vertente de Tradução, durante o estágio como colaboradora externa da empresa *euroscript Portugal, Lda*.

A escolha do local do estágio foi feita em conjunto com a docente Dr.^a. Sílvia Araújo, como resultado da colaboração entre a Universidade do Minho, através do projeto *Per-fide: Português em Paralelo com outras línguas: english, russian, français, italiano, deutsch, español*, projeto criado na Universidade do Minho numa parceria entre o Instituto de Letras e Ciências Humanas e o Departamento de Informática, e a Dr.^a. Sílvia Sacadura, consultora linguística da *euroscript Portugal*. O projeto “tem como principal objectivo a criação de recursos bilingues entre a língua portuguesa e seis outras línguas: espanhol, russo, francês, italiano, alemão e inglês” e, tendo em conta que os corpus são criados com base, entre outros, em textos técnico-científicos, a vertente terminológica deste projeto, assim como do estágio em si, foi uma área privilegiada no decorrer do estágio.

“[...] le traducteur intervient en aide à l'importation ou à l'exportation d'idées, de concepts, de raisonnements, de pensées, d'architectures de discours, de préjugés, de machines, de services, de mythes [...]” (Gouadec, 2009)

3.1.Preâmbulo

O estágio na empresa *euroscript Portugal, Lda.* decorreu entre os dias 29 de fevereiro e 31 de maio de 2012 sob orientação da Dr.^a Sílvia Cabral Sacadura, Consultora Linguística da Euroscript Portugal.

A oportunidade surgiu, como já referido anteriormente, por indicação da docente e coordenadora de estágio Dr.^a Sílvia Araújo. Tendo em conta que a tradução especializada é uma área da tradução de particular interesse pessoal já desde o percurso na Licenciatura em Línguas Aplicadas, os motivos para a escolha da *euroscript* foram além do ganho académico-profissional. Estava particularmente interessada pelo trabalho em contexto empresarial, por simples curiosidade, mas também por se tratar de um método contínuo de aprendizagem e de aquisição de métodos e estratégias de trabalho. Desde a possibilidade de compreender e assimilar os métodos que são aplicados, ao modo como é feita a divisão de trabalho ao longo de todo um projeto de tradução e de como este é gerido desde a sua atribuição à empresa até ao momento em que é entregue, novamente, ao cliente, todos foram fatores que me motivaram desde o início para que a minha experiência não passasse apenas de um estágio, mas sim de uma oportunidade de assimilar todo o conhecimento prático na área de tradução que me fosse possível. A todos estes fatores, foi aditada a experiência de trabalhar como *freelancer* e de, dessa forma, completar também o currículo de percurso profissional. Considero que o trabalho a nível da tradução nunca está completo, ou por outras palavras, nunca é perfeito, e por esse motivo todas as novas experiências contribuem para um progresso que tenho como essencial no que refere à evolução do trabalho como tradutora e, citando Robinson:

“Thus the translator’s key to accumulating experience of the world is not so much what may be ‘enough’ or ‘essential’ for specific translation jobs as it is simply experiencing as much of everything as possible. The more experiences of the world, the better; also, the more of the world one experiences, the better.” (Robinson, 1997)

Apesar de o período em que decorreu o estágio ter sido relativamente curto, o volume de trabalho que foi sendo atribuído permitiu enriquecer os meus conhecimentos nos mais variados temas que os documentos abrangiam, tanto a nível técnico como a nível jurídico, tendo em conta a natureza dos textos trabalhados cujo conteúdo de alguns será, seguramente, analisado

mais à frente neste relatório. Considero este como sendo o fator que mais contribuiu para que o trabalho que fiz e o meu desempenho fossem testados e desenvolvidos de forma diária. O facto de a *euroscript* ser uma empresa multinacional, em cooperação direta com a Comissão Europeia, tornou o estágio numa experiência ainda mais singular tendo em consideração a minha consciência como cidadã portuguesa, mas também europeia e a ânsia de poder contribuir para uma maior e melhor comunicação entre os vários membros da União Europeia mesmo tendo em conta que o contexto dos documentos seria de aplicação unicamente nacional (relativamente ao país que os emitia), já que era comum a todos eles a regulamentação redigida pelas entidades europeias, nomeadamente o Parlamento Europeu e o Conselho. Por este motivo em particular, e partindo da ideia do objetivo de comunicação inerente ao ato de traduzir, creio que apesar de, como mencionado anteriormente, todo o estágio ter como vertente principal a tradução, esteve a todo o momento interligado o fator da comunicação multilingue, ambos de certo modo dependentes um do outro. Neste sentido, faço minhas as palavras da Diretora-Geral da Unesco, Irina Bokova, quando afirma:

“Translation is the first step towards the rapprochement of peoples, and is also a decentralizing experience, teaching diversity and dialogue. Translation is one of the driving principles of our creative diversity, which enriches each language through contact with all the others.”¹

3.2. O grupo *euroscript International S.A.*

A empresa *Euroscript International* foi fundada em 1987 em Bertrange, Luxemburgo e encontra-se entre as dez maiores empresas de tradução do mundo, tendo em conta classificação «The Top 50 Language Service Providers» publicada pela consultora americana Common Sense Advisory. Está representada em mais de 17 países e lidera atualmente o mercado de “gestão do ciclo de vida de conteúdos”², ou seja, trabalham para a gestão de conteúdos dos seus clientes abrangendo um diversificado leque de áreas de ação, incluindo consultadoria e gestão documental, e passando também pela área da tradução.

Tendo em conta esta presença marcada em vários países, a empresa está estruturada em vários pólos que, por sua vez, tratam de mercados específicos de trabalho.

¹ <http://www.tashkent.unesco.org/news/420/> Consultado em: 28 de setembro de 2012

² <http://www.euroscript.com/global/pt/24.html> Consultado em: 20 de julho de 2012

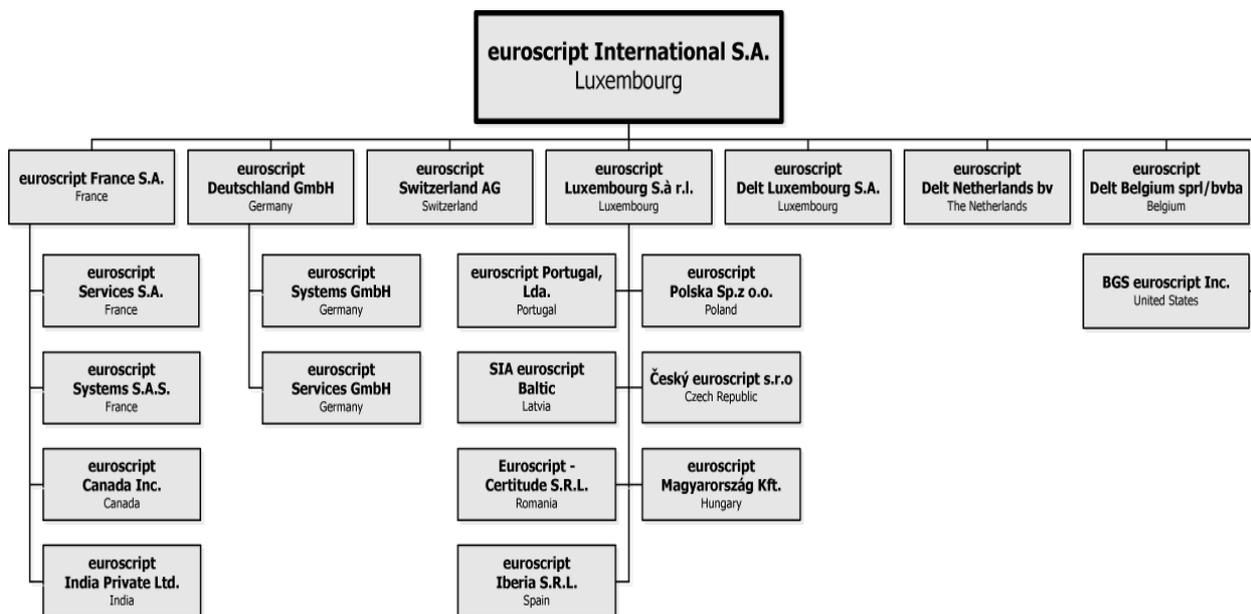


Ilustração 1 - Estrutura da euroscript International³

A *euroscript Portugal* funciona como o centro de competências da *euroscript International* para o mercado português e o mercado espanhol. Fundada em 1997, está atualmente sediada em Paço de Arcos e conta com vários tradutores nativos especializados que trabalham nas mais variadas áreas ligadas à tradução. Podem destacar-se as seguintes atividades:

³ <http://www.euroscript.com/global/en/24.html> Consultado em 29 de setembro de 2012

- Traduções em todas as línguas UE
- Revisões de conteúdos multilíngues
- Localização de software
- Interpretação (simultânea, consecutiva)
- Copy editing
- Gestão de terminologia e manutenção de memórias de tradução
- Edição gráfica, paginação, etc.
- Gestão documental e de conteúdos
- Conversão de conteúdos para Novo Acordo Ortográfico

Os trabalhos de tradução envolvem as mais variadas áreas e, no caso específico dos tradutores “freelancer”, a empresa *euroscript Portugal* procura profissionais com perfil e experiência na tradução das seguintes temáticas⁴:

- Setor público
- Setor aeroespacial, automóvel e transportes (incluindo o setor ferroviário e naval)
- Indústria (maquinaria e ferramentas)
- Serviços financeiros
- Energia e ambiente
- Telecomunicações e comunicação social
- Defesa

Deste modo, e para uma melhor compreensão da estrutura da empresa, é apresentado um organograma do pessoal constituinte da *euroscript Portugal* e as respetivas funções.

⁴ Mais informações e contactos disponíveis em <http://www.euroscript.com/portugal/pt/18.html>

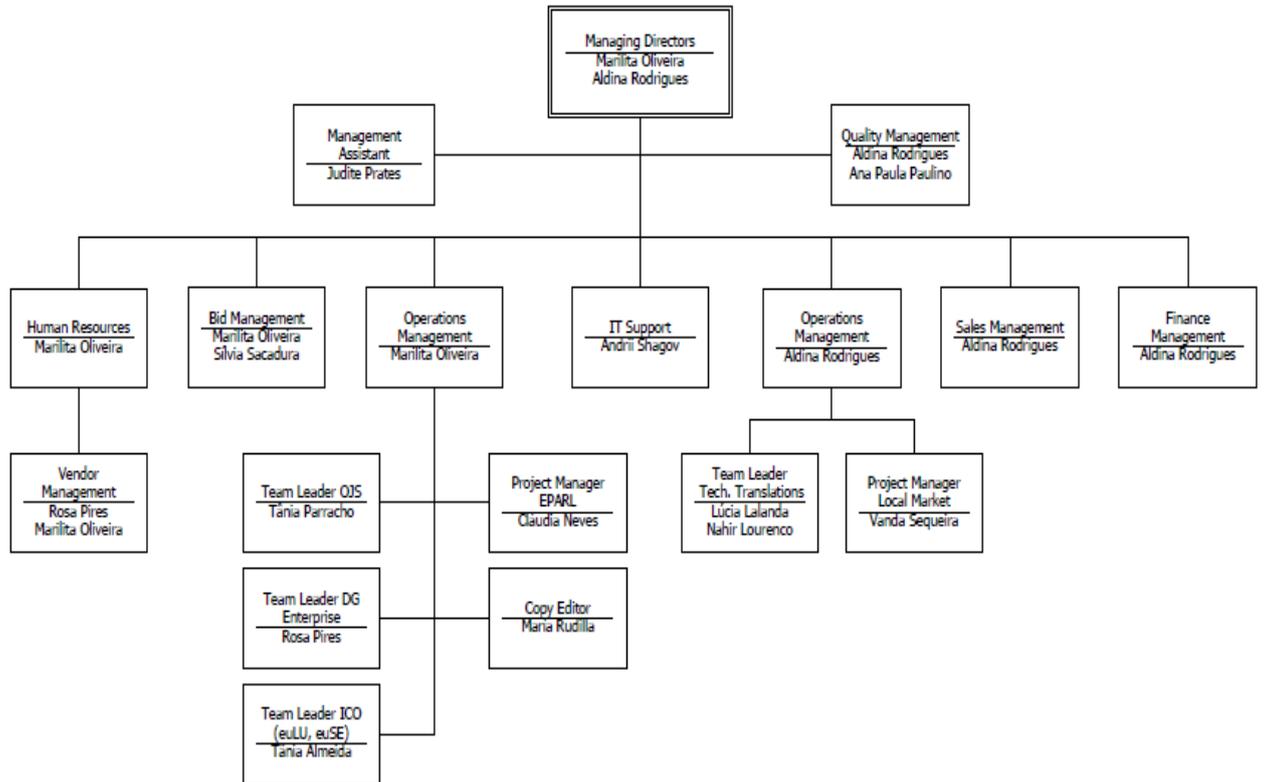


Ilustração 2 - Organograma da Euroscript Portugal

Pode verificar-se através do mesmo organograma que as tarefas de gestão e atribuição de trabalhos de tradução, passando pela gestão da empresa propriamente dita, estão divididas de forma a agilizar e rentabilizar o trabalho atribuído sendo que os vários departamentos têm uma *Team Leader* responsável pela gestão de projetos.

Finalmente, é de elevada importância referir que a presença global da *euroscript* é marcada pelos certificados de qualidade que lhe estão associados. Tratando-se de uma empresa que se destaca pela qualidade dos serviços fornecidos, a *euroscript* compromete-se com o cliente em posse das certificações e registos⁵ seguintes:

- ISO 9001:2008 – Sistema de gestão da qualidade (SGQ)
- EN 9100 / SAE AS 9100 / JISQ 9100 – SGQ para a indústria aeroespacial
- DIN EN 15038 – Norma relativa a serviços de tradução
- ISO 27001:2005 – Sistema de gestão de segurança da informação (ISMS): certificação em curso
- PSF – Profissionais do setor financeiro, Luxemburgo

⁵ O sítio Web da *euroscript Portugal* fornece mais informações e descritivos das certificações e registos. Estes dados podem ser consultados através da hiperligação <http://www.euroscript.com/portugal/pt/22.html>

4. Instruções e ferramentas de tradução

4.1. Introdução e estruturação do estágio

Inicialmente, a aprovação do estágio foi baseada em dois testes de tradução, tendo como línguas de partida o francês e o inglês (línguas de trabalho) com o objetivo de avaliar as capacidades tradutórias dos mestrandos cuja candidatura tinha sido submetida, método este que é utilizado em praticamente todas as empresas de tradução aquando dos seus processos de seleção.

Como já referido, a duração do estágio foi fixada no dia 29 de fevereiro, data em que foi agendada a primeira reunião *in loco* com a Dr.ª Sílvia Sacadura e onde foram apresentados os restantes representantes e membros da empresa. Aproveito para felicitar todas as pessoas presentes neste primeiro contacto, já que fizeram com que a visita fosse o mais agradável possível. Esta reunião teve como principais objetivos:

- ✓ Familiarização com a empresa e local de trabalho dos colaboradores internos da *euroscript Portugal*
- ✓ Conhecimento das várias áreas da empresa e das várias células de trabalho
- ✓ Apresentação dos materiais, ferramentas e métodos de trabalho utilizados, assim como do tipo de documentação a traduzir

Este último ponto foi o cerne de toda a formação de que fomos intervenientes e que contou com a colaboração, mais uma vez, da Dr.ª Sílvia Sacadura e também com a *Team Leader & Vendor Manager* Rosa Pires. A reunião foi estruturada da seguinte forma:

Topic(s)	Trainer	Date	Time	Remarks
-----------------	----------------	-------------	-------------	----------------

Types of DG documents: a) Messages b) Notifications c) Extra Jobs	Sílvia C. Sacadura	29.02.2012	10:00 - 11:00	
--	--------------------	------------	------------------	--

General rules				
TM e MultiTerm	Silvia C. Sacadura	29.02.2012	11:00 - 12:15	
Rules on European Community documents – Interinstitutional Style Guide	Silvia C. Sacadura	29.02.2012	12:15 - 13:00	
Lunch time		29.02.2012	13:00 - 14:00	
Research in Eur-lex a) By word b) By document number	Silvia C. Sacadura	29.02.2012	14:00 – 14:30	
Research in TRIS	Silvia C. Sacadura	29.02.2012	14:30 – 15:00	
Research of EN, ISO and other standards in IPQ, Google, AENOR, PTI, ABNT...	Silvia C. Sacadura	29.02.2012	15:00 – 15:30	
Escaepe How to use it - download and upload of documents	Rosa Pires	29.02.2012	15:30 – 16:00	

Tabela 2 - Estrutura da reunião de formação

4.1.1. A Direção-Geral das Empresas e da Indústria da União Europeia

A empresa euroscript Portugal trabalha com algumas das várias áreas que constituem a Comissão Europeia.

A Direção-Geral das Empresas e da Indústria é a entidade criada no âmbito do projeto «Europa 2020» com cinco objetivos gerais:

- reforçar a base industrial da Europa e assegurar a transição para uma economia de baixo carbono;
- promover a inovação com vista a criar novas fontes de crescimento e dar resposta às questões sociais;
- incentivar a criação e o crescimento das pequenas e médias empresas (PME) e desenvolver uma nova cultura empresarial;
- garantir a abertura do mercado interno de bens; e,
- apoiar a presença da Europa no espaço.

É assegurada, por esta mesma entidade, “a gestão corrente da aplicação da legislação que rege a introdução de produtos no mercado⁶” tendo sempre em consideração os impactos ambientais e de segurança que estes implicam. A legislação em vigor é, posteriormente, compilada numa lista conhecida por The Pink Book⁷, ou Livro Cor-de-Rosa, cujo conteúdo é atualizado anualmente. A legislação emitida é traduzida em todas as línguas dos Estados-Membros estando, posteriormente, disponível para consulta.

Consequentemente, é importante manter a coesão de todos os documentos para que a formatação, terminologia e estilo sejam coerentes com a versão original e entre si. Por este mesmo motivo foi apresentado um guia de estilo durante a formação pelo qual são geridos todos os trabalhos levados a cabo pelos tradutores que colaboram no projeto DG. Este guia de estilo varia consoante o tipo de documento que é trabalhado, tendo sempre em consideração a normalização da construção dos mesmos documentos.

⁶ http://ec.europa.eu/enterprise/dg/index_pt.htm Consultado em: 27 de agosto de 2012

⁷ European Commission (2010). *The Acquis of The European Union under The Management of Dg Enterprise and Industry List of Measures (The “Pink Book”)*. Obtido em 22 de abril de 2012: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/single-market-goods/files/pink-book_en.pdf

4.1.2. Tipos de documentos – regras de tradução e revisão

A tipologia de documentação trabalhada dentro do projeto DG resume-se a Mensagens e Notificações, estando ambos interligados na medida em que a mensagem é um pequeno documento que antecede e resume a notificação, dando as ideias gerais do que vem descrito posteriormente mais em detalhe na notificação que lhe está associada. Ambos os tipos de documento têm regras de produção e de formatação diferentes que devem ser respeitadas e verificadas antes da entrega. Assim, para além do trabalho de tradução e de terminologia que é efetuado em cada documento, está-lhe também associado um processo de revisão que inclui a formatação do documento e a comparação com o original (quando aplicável).

Assim como o processo de tradução, a revisão ocupa uma posição de elevada importância no conjunto de trabalhos que compõem um projeto de tradução. Por esse motivo, a atenção e o nível de produção de texto que se requer numa revisão é, talvez, maior do que o empregue durante uma primeira produção textual e, para alguns autores ligados aos estudos da tradução, a revisão pode ser mesmo considerada como a parte mais importante de todo o processo e, indubitavelmente, a que leva mais tempo.

Os documentos, tendo em conta que as línguas de trabalho eram o francês e o inglês, seriam enviados normalmente na sua língua original e, excepcionalmente, alguns textos em Neerlandês ou Húngaro. Nestes casos específicos, para além do original é enviado um documento denominado de *Bridge*, normalmente redigido em língua inglesa e que é usado como ponte para a tradução do documento original, já que a Comissão Europeia disponibiliza o documento na língua original do Estado-Membro e na tradução inglesa, francesa ou alemã. A informação é retransmitida posteriormente, como já referido, em todas as línguas oficiais da União Europeia. Estes documentos requerem, de qualquer forma, uma revisão em comparação com o original pois trazem por vezes alguns erros ou diferenças em relação ao mesmo que seriam, conseqüentemente, transferidas para a tradução final em português sem uma análise prévia, já que são produzidos de forma rápida e urgente com o objetivo de responder às necessidades de tradução. É importante, ainda, mencionar que o processo de tradução deve assentar sempre sobre o texto original, fazendo da *Bridge* apenas um adjuvante neste trabalho.

Durante o estágio foram analisados documentos que abrangiam vários subtipos de tradução especializada, num total de 26 mensagens e 45 notificações traduzidas. O facto de os vários textos serem ligados a temas, muitas vezes, completamente diferentes resultaria no facto de o tempo despendido para cada um dos textos fosse diferenciado. Muitas vezes o volume de páginas não implicava necessariamente que o texto necessitasse de mais tempo para ser traduzido.

De forma a ilustrar o universo da subtipologia de textos abordados seguem gráficos detalhados relativos às mensagens e notificações traduzidas:

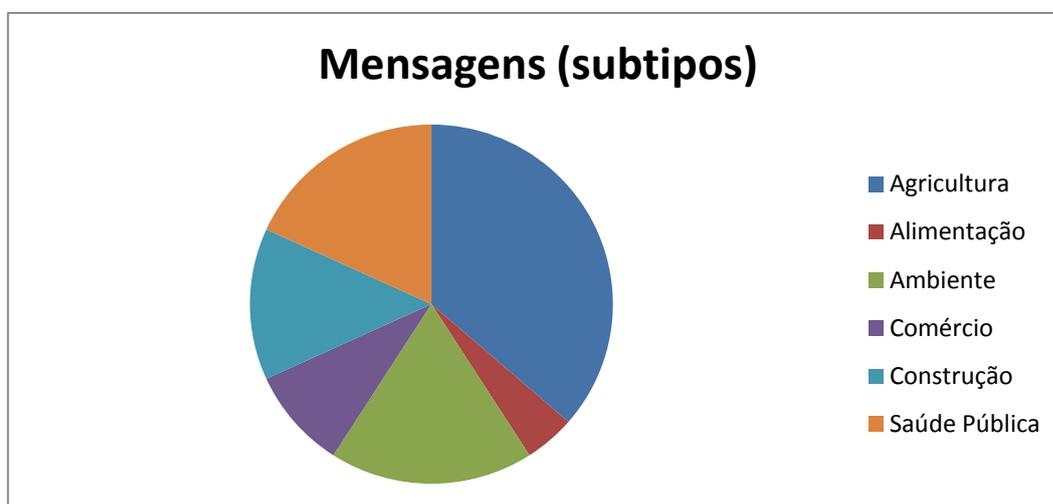


Gráfico 1 – Diversidade de subtipos de mensagens traduzidas

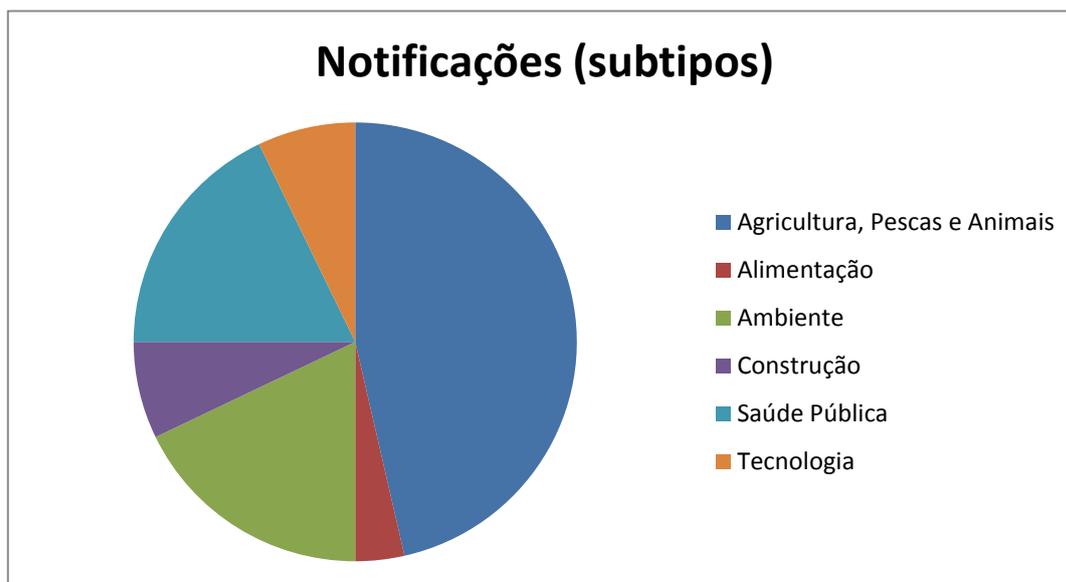


Gráfico 2 – Diversidade de subtipos de notificações traduzidas

Apesar de os textos apresentados acima serem todos de natureza especializada, uma das questões levantadas seria a de até que ponto, como tradutora, poderia ser considerada uma tradutora especializada. Segundo Gouadec (2009) um tradutor especializado debruça-se apenas sobre um tipo de especialidade dentro de um campo/domínio muito específico, seja este o direito, as finanças, a informática, etc. Regra geral, os tradutores especializados trabalham dentro da sua área de profissão. Neste caso, e citando a definição de Gouadec (2009), o trabalho de tradutor encaixa dentro da categoria que o autor considera intermédia de “traducteur généraliste à operations spécialisées”, ou seja, tradutores que trabalham com todo o tipo de material de âmbito geral, mas que à medida que se vão dedicando a trabalhos mais específicos, acabam por se dedicar a uma especialidade em concreto.

É importante, ainda, frisar a versatilidade exigida ao tradutor e a polivalência que este tem de garantir em todos os temas que lhe são apresentados e que, com o passar do tempo, vão sendo aprofundados e dominados. Pode afirmar-se que o sucesso do tradutor estará assente nestas características e no quão bem as suas capacidades de tradução são aplicadas, independentemente dos temas que possam ser abordados.

4.1.2.1. Mensagens

O primeiro passo aquando a receção das mensagens é a renomeação dos ficheiros. Esta alteração deve ser feita a partir do ficheiro original, independentemente do nome que seja atribuído à *bridge* tendo em conta que esta pode não vir com o nome correto. A título de exemplo, segue a nomeação de um ficheiro de mensagem:

200801958.CS.doc [ORIGINAL]
200801958.EN.doc [BRIDGE]
200801958.PT.doc [TRADUÇÃO]
200801958.CSPT-uncleaned.doc [TRADUÇÃO_UNCLEANED]

Após a nomeação do ficheiro, segue-se a alteração do título do documento. O título aparece na primeira linha, onde consta a numeração da mensagem e a língua em que esta vem traduzida. Neste segmento apenas é alterada a língua de trabalho (não é aberto segmento com o Trados).

Exemplo:

Original

(MSG:201200610.FR)

1. MSG 001 IND 2012 0139 F FR 29-02-2012 F NOTIF

Tradução

(MSG:201200610.PT)

1. MSG 001 IND 2012 0139 F FR 29-02-2012 F NOTIF

A estrutura das mensagens de notificação está pré-definida, assim como os seus elementos a traduzir cuja ordem deve ser respeitada. O trabalho de tradução e revisão é feito apenas a partir do ponto 5 (os pontos anteriores não devem ser alterados) até ao ponto 16, pelo que apenas são abertos segmentos com o Trados (vd. Infra 4.1.3.3) nestes campos específicos. A mensagem é constituída por dezasseis pontos a que correspondem os seguintes títulos⁸

1. Linha de informação estruturada
2. Estado-Membro
3. Serviço responsável
4. Número de referência da notificação (importante)
5. Título
6. Produtos ou serviços abrangidos
7. Notificação ao abrigo de outro acto comunitário
8. Conteúdo principal
9. Fundamentação sucinta
10. Documentos de referência - Textos de base
11. Recurso ao procedimento de urgência
12. Fundamentação da urgência
13. Confidencialidade
14. Medidas fiscais
15. Avaliação de Impacto Regulamentar
16. Aspectos OTC e MSF

⁸ Para mais informações, consultar http://ec.europa.eu/enterprise/tris/vademecum/index_pt.pdf

Tendo em conta que as mensagens são, como já indicado, documentos curtos que antecedem a notificação que lhe está associada, o título das mesmas deve ser uniformizado com o da respetiva notificação (que pode ou não ser traduzida pela mesma pessoa). Desta forma, quando é iniciada a tradução de uma notificação, deve ter-se sempre presente o título da mensagem correspondente já que este (disponível no ponto 5 da mensagem) será posteriormente disponibilizado para consulta no TRIS (*Technical Regulation Information System*) para ambos os documentos.

Antes da entrega final do texto devem ser assegurados os seguintes pontos:

- ✓ deve ser entregue o ficheiro *unclean* da tradução (ficheiro anterior à utilização da função *Clean Up* do Translator's Workbench do Trados);
- ✓ deve ser feita a revisão (dos pontos 5 a 16) com a funcionalidade Ortografia e Gramática (no caso do Microsoft Word);
- ✓ as unidades de medidas ou percentagens devem estar espaçadas do número que lhe diz respeito (exemplo: 3 %; 50 Km);
- ✓ no último ponto, as palavras TBT e SPS devem ser sempre traduzidas por OTC (obstáculos técnicos ao comércio) e MSF (medidas sanitárias e fitossanitárias), respetivamente;
- ✓ as abreviaturas de número devem seguir o modelo **n.º** - o ponto antes de ° é de elevada importância;
- ✓ as abreviaturas de artigo devem seguir o modelo **art.** e devem estar associados à numeração ordinal respetiva ("**artigo 12.º**" ou "**art. 12.º**");
- ✓ definir tipo de letra para todo o texto como *Lucida Sans Unicode* e de tamanho 10;
- ✓ gravar cópia do documento (que também é enviada) como *Plain text* (.txt) e seleccionar codificação Unicode.

(MSG: 201000670.PT)

1. Structured Information Line

MSG 002 IND 2010 0165 UK PT 18-03-2010 UK NOTIF

2. Member State

UK

3. Department Responsible

Department for Business, Innovation and Skills

Innovation & Enterprise Group

1 Victoria Street, London, SW1H 0ET.

Email: 9834@bis.gsi.gov.uk.

3. Originating Department

Office of Communications (Ofcom), Riverside House, 2a Southwark Bridge Road, London, SE1 9HA

4. Notification Number

2010/0165/UK - V10T

5. Title

IR 2019 – Requisito sobre interfaces (Reino Unido) n.º 2019 para as comunicações móveis de terceira geração

6. Products Concerned

Comunicações móveis de terceira geração.

7. Notification Under Another Act

-

8. Main Content

Nos termos da Directiva 1999/5/CE, o documento relativo às interfaces inclui os requisitos aplicáveis às comunicações móveis de terceira geração. Fornece uma descrição de elevado nível sobre a forma como é utilizado o espectro no Reino Unido e estipula os parâmetros necessários de equipamento para as comunicações de terceira geração no Reino Unido.

Ilustração 3 - Exemplo de uma mensagem de notificação disponível no TRIS⁹

4.1.2.2. Notificações

Posteriormente à publicação das mensagens, são emitidas as notificações. Estes documentos incluem normas e regulamentações técnicas nacionais notificadas à Comissão Europeia e podem tratar-se de portarias, decretos-lei, regulamentos, etc. A construção destes documentos, à semelhança do que acontece com as mensagens, obedece também a regras específicas.

⁹ http://ec.europa.eu/enterprise/tris/pisa/app/search/printable.cfm?fuseaction=pisa_notif_overview&iYear=2010&iNum=165&lang=EN&sNLang=PT

Assim, também no caso das notificações é necessário renomear os ficheiros produzidos. Para prevenir alterações no documento original (ou na *bridge*) é feita, inicialmente, uma cópia do documento original que serve de base à posterior edição. Mais uma vez, como acontece com as mensagens, o título a associar à tradução deve ter como base o documento original e não a *bridge* para evitar quaisquer erros. Segue como exemplo a renomeação de um ficheiro:

2008-0366-BG-BG.doc [ORIGINAL]
2008-0366-BG-EN_rev_repaired.doc [BRIDGE]
2008-0366-BG-PT.doc [TRADUÇÃO]
2008-0366-BG-PT-uncleaned.doc [TRADUÇÃO_UNCLEANED]

Um documento de notificação tem como primeira linha a identificação do mesmo. Esta linha inclui informações relativas à notificação. Esta deve estar sempre presente no documento e em caso de inexistência da mesma esta deve ser copiada de um outro documento, alterando posteriormente os dados para os associados à notificação correta. Segue um exemplo da primeira linha de uma notificação:

1. —IND- 2008 0366 BG- BG- — 20080910 — — PROJET

As iniciais devem ser alteradas para a língua de chegada, da forma que se segue:

1. —IND- 2008 0366 BG- **PT**- — 20080910 — — PROJET

Esta linha contém as seguintes informações:

- a) n.º da notificação: 2008 0366 BG
- b) língua de chegada: PT
- c) data de entrega final: 20080910

Estes documentos contêm muitas vezes texto em cabeçalhos e rodapés. Durante a execução da tradução estes campos devem ser verificados e traduzidos e deve confirmar-se que se mantêm após o *Clean Up* do Trados (é usual perderem-se estes dados), assim como a funcionalidade dentro do documento das notas de rodapé. Antes da entrega do documento estes campos devem ser testados.

No caso das notificações, a formatação deve ser rigorosamente mantida consoante o original (nunca seguindo a *bridge*). A formatação inclui o tipo, cor e tamanho de letra, bem como o espaçamento, a configuração da página, entre outros.

4.1.2.3. Conteúdo dos documentos

Existem, ainda, várias regras de conteúdo que devem ser seguidas de forma a manter-se a homogeneidade nos vários documentos traduzidos e aquando da publicação dos mesmos no TRIS e a sua disponibilização por outras entidades.

Seguem algumas regras que devem aplicar-se na tradução dos documentos:

- É permitida a utilização de itálicos e os mesmos devem ser utilizados no caso de estrangeirismos ou estruturas de língua estrangeira;

Exemplos:

Instituto Nacional de Saúde Pública (*Statens folkhälsoinstitutet*) **ou**
Sociedade de Investigação para os Assuntos Rodoviários e de Trânsito
(*Forschungsgesellschaft für Straßen- und Verkehrswesen*)

- A denominação das diretivas e dos regulamentos deve manter-se em conformidade com o *EUR-Lex* ((*vd. infra § 4.1.3.1*)¹⁰, independentemente da denominação no original ou *bridge*;

Exemplos:

“Comission Regulation EG 853/2004” [EN] – “Regulamento (CE) n.º
853/2004 da Comissão” [PT]

¹⁰ Podem, por vezes, existir discrepâncias entre os atos legislativos que constam no *EUR-Lex*. Nestes casos é necessária uma pesquisa mais exaustiva para conseguir a designação correta.

“European directive 89/106/EU” [EN] – “Diretiva 89/106/CEE do Conselho”
[PT]

- As palavras “diretiva”, “regulamento”, “decisão”, etc., devem ser grafadas com letra maiúscula quando a seguir a elas estiver o respetivo número (em estruturas como “no presente regulamento” devem manter-se as minúsculas. No caso das decisões, a grafia deve seguir as seguintes regras¹¹:

Exemplos:

1. se o ano vem **primeiro**: Decisão 96/678/CECA (**sem n.º**)
2. se o ano vem **depois**: Decisão n.º 456/96/CECA (**com n.º**)

- Segundo o Código de Redação Interinstitucional¹¹, a palavra “ministro” e a palavra “primeiro-ministro” devem ser grafadas com minúscula. A palavra Estado deve ser grafada com maiúscula e a palavra Estado-Membro deve igualmente ser grafada com maiúscula;

- A ordem de referências às subdivisões dos atos é feita de forma crescente, tratando-se da mais utilizada e mais correta em termos jurídicos.

Exemplos:

«O segundo travessão do ponto 1 do n.º 2 do artigo 3.º [...]» d
deve ser substituído por
«O artigo 3.º, n.º 2, ponto 1, segundo travessão, [...]».

Existem muitas outras regras de redação referentes aos conteúdos dos textos trabalhados. Foram listadas, no entanto, as mais importantes e que surgem com mais frequência ao longo dos trabalhos realizados, podendo estar presentes em alguns estudos de caso e justificando, desde já, as escolhas feitas nas traduções dos segmentos.

¹¹ De acordo com o Código de Redação Interinstitucional disponível no sítio Web <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-000500.htm>

4.1.3. Ferramentas de tradução

No decorrer de todo o trabalho de tradução é de extrema importância termos disponíveis e mantermos uma boa base no que refere a ferramentas de tradução ou instrumentos de apoio ao trabalho de tradução em específico. Tendo por base a categorização feita por Heather Fulford e Joaquín Granell-Zafra (2004) no seu trabalho sobre as ferramentas utilizadas pelo tradutor, as que são aqui apresentadas encontram-se ao nível da gestão de terminologia, que estes definem como “tools to support the creation of terminology collections” e que incluem bases terminológicas multilingues, glossários e/ou dicionários *online* e arquivos de documentos

A focalização neste tipo de ferramentas deve-se ao facto de o estágio ter estado inteiramente baseado em trabalhos de tradução que funcionaram paralelamente com o projeto de terminologia, com o objetivo de construir um corpus paralelo multilingue a partir dos textos que foram sendo armazenados na memória de tradução da empresa.

Inicialmente este projeto seria realizado em parceria com a Universidade do Minho, no âmbito do projeto *Per-fide: Português em Paralelo com outras línguas: english, russian, français, italiano, deutsch, español*, no entanto acabou por ser desenvolvido internamente com a orientação da Dr.^a Sílvia Sacadura que, como gestora de projeto, contou com a colaboração de uma equipa de sete pessoas. Esta base de dados tem vindo a ser trabalhada ativamente contando já com cerca de 22.000 entradas e, provavelmente no final deste ano, será disponibilizada, através de um servidor, a toda a empresa. Esta base terminológica agrupa a terminologia das instituições da UE que está acessível em *open source* e terminologia extraída dos vários departamentos da empresa, tanto a nível de projetos como de clientes.

Apesar de o estágio ter terminado antes de estarem concluídas todas as fases do projeto de terminologia, as ferramentas discriminadas foram de grande utilidade no que refere à minha participação neste projeto. Na medida em que permitiram definir e fazer um levantamento de toda a terminologia que surgia nos textos trabalhados, separando-a por campos temáticos e permitindo o levantamento de fontes que justificariam a escolha dos termos. Este levantamento, apesar de não ser automatizado, era de relativa fácil realização.

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2	THE WORLD OF DOCUMENTS						
3							
4							
5							
6	Department	DG					
7	Document name	N-2012-0180-EN					
8	Date	27-03-2012					
9	Linguistic combination	EN-PT					
10							
11							
12	Entry	Translation	Reference	Field	Translator's notes	Reviser's notes	Validation
13	Unrestricted spectrum blocks	bloco do espectro não sujeito a	http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32012R0180:pt:NOT	Telecommunication			
14	Restricted spectrum blocks	bloco do espectro sujeito a restrições	http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32012R0180:pt:NOT	Telecommunication			
15	Table	Quadro		Others	Terminologia habitual		
16	Channeling	Canalização		Telecommunication			
17	Direction / Separation	Sentido/Separação		Telecommunication			
18	Total Radiated Power	potência total radiada		Telecommunication			
19	Remarks	Observações		Others	Terminologia habitual		
20							

Ilustração 4 – Ficheiro no Microsoft Excel de levantamento de terminologia

Os campos utilizados para categorização da terminologia permitiam a identificação do termo para posterior tratamento, numa fase subsequente deste projeto:

- Abbreviation
- Agriculture
- Agri-foodstuffs, foodstuffs and animal welfare
- Air and space transport
- Alcohol and tobacco industries
- Botanic
- Building and public works
- Chemistry
- Communication and culture
- Computing
- Cosmetics industry
- Defence and safety
- Economics, trade, finance and taxation
- Education
- Electronic and electrical engineering
- Employment
- Energy
- Environment and climate
- Fisheries
- Forestry
- Gaming industry
- Geography
- Insurance

- International relations and European Union
- Land transport
- Law and politics
- Maritime and inland waterway transport
- Mathematics and Statistics
- Mechanics and machinery
- Medicine and pharmaceuticals
- Metal industry
- Minerals and mining
- Miscellaneous industries
- Physics
- Printing and documentation
- Social questions
- Textile industry
- Wood industry
- Zoology
- Others

Tendo em conta que a lista de tais ferramentas seria exaustiva e, de modo geral, bastante extensa, importa focar algumas das mais utilizadas de forma a poder esclarecer também a forma como as mesmas foram empregues. Não posso, no entanto, deixar de fazer referência ao facto evidente de os motores de busca (ou o motor de busca, já que foi utilizado exclusivamente o Google) serem, atualmente, a forma mais eficaz de pesquisar e encontrar informação. O facto de estes instrumentos serem versáteis e de fácil utilização, permitem que o trabalho de tradução seja realizado de forma mais fluente; a esta característica pode juntar-se também o potencial de encontrar todo o tipo de informação necessária numa simples busca, incluindo glossários, memórias de tradução, documentos paralelos, etc., sem nunca pôr de parte o facto de, sobre toda esta informação, ser empregue um trabalho de seleção e filtragem de informação.

“Las nuevas tecnologías ponen a nuestro alcance toda la información que genera nuestra civilización en cualquier punto del planeta. [...] Sin embargo, la propia distancia y la ausencia de contacto entre informante e informado hace que no siempre sepamos si la información que obtenemos es fiable, completa [...]” (Liaño & Lage, 2003)

Efetivamente, e pelo facto de o trabalho ser versado sobre a tradução técnica, a maioria das ferramentas utilizadas eram-no em praticamente todos os trabalhos levados a cabo. Tendo em consideração que a estrutura dos documentos obedecia a determinados parâmetros, como descrito acima, esta condiciona as pesquisas a textos com a mesma estrutura ou mesmo emitidos pelas mesmas instituições para que o fator «homogeneidade» seja mantido. No decorrer da formação e, posteriormente, durante todo o estágio foram feitas consultas em várias ferramentas (também indicadas no Quadro 1).

4.1.3.1. *Eur-Lex*¹²

É uma ferramenta disponibilizada pela União Europeia para consulta e acesso gratuito a documentos no âmbito do direito publicados na UE assim como outros de carácter público. Facilita o trabalho na medida em que, para além de conter integralmente vários dos documentos que surgem como referência nos textos traduzidos, permite ainda a visualização de textos paralelos em duas línguas, o que permite alinhar os textos para recolha mais fácil e eficaz de terminologia. Embora contendo vários tipos de pesquisa, que permitem a simplicidade das buscas, as consultas eram sempre efetuadas tendo como base o número natural dos regulamentos, diretivas ou decisões que vinham, frequentemente, referenciados nos documentos de trabalho. Mais uma vez, o fator de consistência dos textos é, desta forma, preservado em todos os documentos, principalmente pela possibilidade de manutenção da terminologia aplicada. O facto de a maioria dos textos consultados serem publicados no *Jornal Oficial da União Europeia*¹³ faz com que estes sejam documentos fidedignos sem necessidade de revisão. Normalmente, era garantida uma leitura geral destes documentos a par do processo de tradução o que dava uma maior facilidade de interiorização do tema traduzido, assim como da já referida terminologia.

¹² <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>

¹³ http://publications.europa.eu/official/index_pt.htm

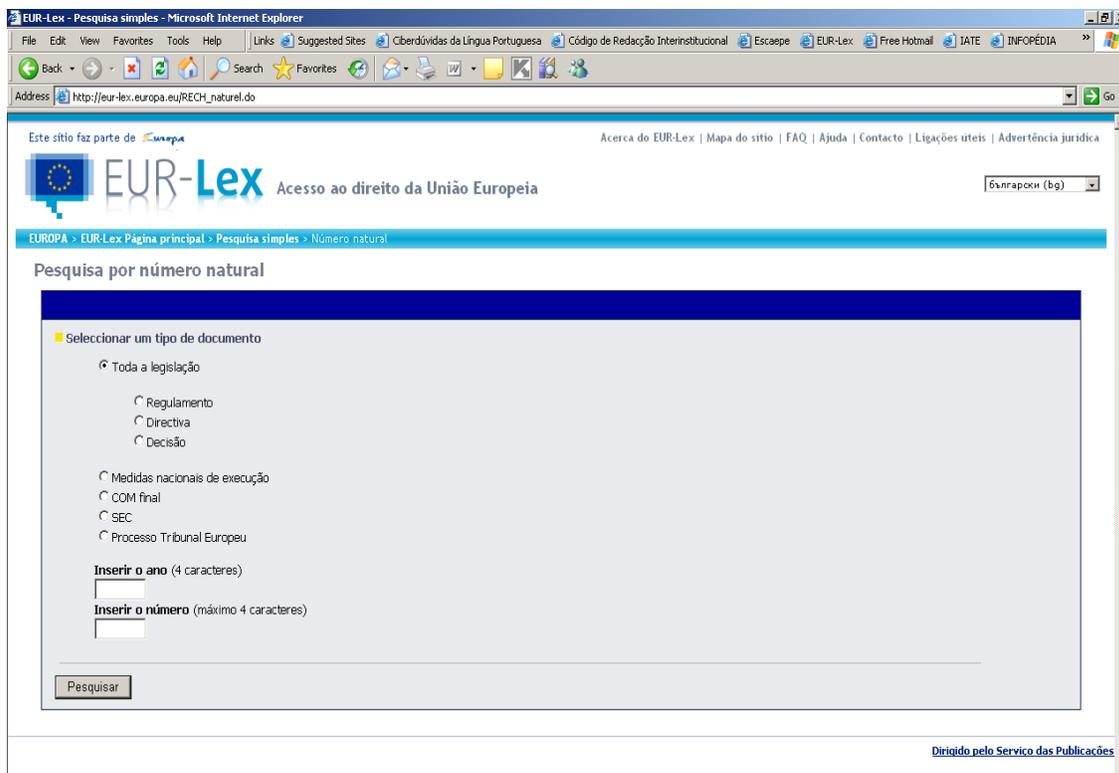


Ilustração 5 - Página de pesquisa por número natural no Eur-Lex http://eur-lex.europa.eu/RECH_naturel.do

4.1.3.2. *Linguee*¹⁴

O sítio Web *Linguee* funciona como tradutor, mas apoiado numa base de dados com textos paralelos. Durante uma busca nesta ferramenta surgem sempre um quadro dividido em duas partes: uma com o texto procurado e a outra com o correspondente na língua de chegada selecionada. Ao contrário de um dicionário de sinónimos ou outra ferramenta de tradução por palavra, como é o caso do *Google Translate* que se trata de um tradutor automático, por exemplo, esta ferramenta fornece a tradução da expressão ou termo pesquisado dentro de um determinado contexto, permitindo que os resultados sejam avaliados mais facilmente. Consequentemente, as pesquisas são mais corretas e fiáveis quando realizadas através de uma expressão, ao invés de um termo apenas. Tratando-se de uma ferramenta online, as fontes são atualizadas frequentemente permitindo uma melhor seleção dos conteúdos, tendo em conta que a

¹⁴ <http://www.linguee.pt/>

manutenção do sítio Web passa, também, pela consulta da fiabilidade destas fontes que, segundo informação constante na página, são adicionadas de forma manual. É uma ferramenta que não faz a tradução dos termos introduzidos, mas fornece traduções previamente realizadas e organizadas paralelamente aos contextos de ocorrência.

Durante a utilização deste material de trabalho, a maioria das fontes que surgiam durante as pesquisas eram provenientes de artigos publicados no *Eur-Lex* ou outros sítios da responsabilidade da União Europeia, o que reforça a credibilidade do conteúdo apresentado nestes documentos, mas são também encontradas referências de fontes provenientes de empresas, universidades e outras organizações semelhantes.

Atualmente, a ferramenta oferece a possibilidade de trabalhar com pares de línguas limitados: Alemão-Inglês, Espanhol-Inglês, Francês-Inglês e Português-Inglês. A nível do trabalho com os textos ingleses a pesquisa era, na grande maioria dos casos, eficiente e de fácil seleção. No entanto, em textos originais na língua francesa, o trabalho de pesquisa era feito em dois pares de línguas diferentes, começando pelo par Francês-Inglês para obter os resultados na língua inglesa que, posteriormente, eram utilizados para uma nova pesquisa entre o Português e o Inglês.

Linguee Português ↔ Inglês á à ã ä é ê í ó õ ö ú ç

electronic communications services

Dicionário Redacional:
Nenhuma combinação exata.

Combinações parciais:

- communications** substantivo, plural
 - comunicações pl
- electronic** adjetivo
 - eletrónico adj
 - electrónico adj [PT]
 - eletrónico adj [PT]
- services** substantivo, plural
 - serviços pl
- communicate** verbo
 - comunicar v
 - transmitir v
 - informar v
- service** substantivo, singular
 - serviço m
 - culto m

Exemplos de tradução de outras fontes para 'electronic communications services'

Inglês	Português
A critical short term objective is for Member States to ensure that national law implementing the new framework avoids any ambiguity between legislation on 'broadcasting' and legislation on ' electronic communications services ', so that the applicable rules for new and innovative services are clear. <small>eur-lex.europa.eu</small>	[...] objectivo essencial de curto prazo é que a legislação nacional que aplica o novo quadro evite qualquer ambiguidade entre legislação aplicável à radiodifusão e legislação aplicável aos serviços de comunicações electrónicas , para que as regras aplicáveis a serviços novos e inovadores sejam claras. <small>eur-lex.europa.eu</small>
[...] assessing reasonably foreseeable vulnerabilities in the systems maintained by the provider of electronic communications services , which shall include regular monitoring for security breaches; and <small>eur-lex.europa.eu</small>	[...] avaliação de vulnerabilidades razoavelmente previsíveis nos sistemas mantidos pelo prestador do serviço de comunicações electrónicas , que incluirá o controlo regular das violações da segurança; e <small>eur-lex.europa.eu</small>
(d) promoting the provision of clear information, in particular requiring transparency of tariffs and conditions for using publicly available electronic communications services . <small>english.unic.pt</small>	[...] informações claras , especialmente exigindo transparência nas tarifas e nas condições de utilização dos serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público <small>unic.pt</small>
[...] to simplify and harmonise existing national systems for the authorisation of electronic communications services and networks . <small>eur-lex.europa.eu</small>	[...] destina-se a simplificar e harmonizar os actuais sistemas nacionais de autorização de serviços e redes de comunicações electrónicas . <small>eur-lex.europa.eu</small>
Private networks often are used to provide electronic communications services such as Internet access to an undefined number of people, which could potentially be large. <small>eur-lex.europa.eu</small>	As redes privadas são frequentemente utilizadas para fornecer serviços de comunicações electrónicas , tais como o acesso à internet, a um número indefinido de pessoas, que pode [...] <small>eur-lex.europa.eu</small>

Ilustração 6 - Exemplo de busca pelo termo “electronic communication services”

4.1.3.3. Trados Freelance 2009

Considerando relevante a informação prestada no que refere a estas ferramentas em específico, não é deixada uma maior análise relativamente ao *software* Trados Freelance 2009 utilizado no processo de tradução por tratar-se de um programa, de certa forma, de funcionamento complexo e cuja abordagem ao pormenor seria efetivamente bastante extensa, ultrapassando o teor e limites deste trabalho.

Tendo em conta os vários estudos e artigos referentes ao trabalho do tradutor com as várias ferramentas CAT¹⁵, cuja análise não se insere dentro do contexto deste estágio, cabe-me referenciar que o tratamento das traduções deste mesmo *software* trouxe vantagens incluindo a possibilidade de evitar tarefas repetitivas, já que permitia a utilização de memórias de tradução, e também a de otimizar o processo de tradução reduzindo o tempo de tratamento dos documentos

¹⁵ Computer Assisted Translation

a traduzir, entre outras funcionalidades que permitem fazer uma gestão do trabalho que está em progresso de modo a que os prazos sejam cumpridos. A título de conclusão, e citando:

“used properly, the right tools can help good translators improve the efficiency and quality of their work. Indeed, quality is the primary yardstick for assessing electronic translation tools.”
(Austermühl, 2001)

5. Estudos de caso - estratégias e métodos de tradução

“Tout se traduit. Tout texte ou document ou message ou fragment de message ou élément de code est susceptible de faire l’objet d’une traduction.” (Gouadec, 2009)

É com base no princípio defendido por Gouadec que todos os trabalhos de tradução foram empreendidos, tendo sempre a noção que, apesar das dificuldades, qualquer obstáculo ou problema tradutório poderia ser resolvido recorrendo tanto às ferramentas que foram abordadas acima, mas também a métodos de tradução que ultrapassam a ajuda das ferramentas CAT.

5.1. Objetivos

- ✓ Identificar alguns excertos de textos traduzidos
- ✓ Identificar tipos de problema de tradução (léxico, sintático, semântico...)
- ✓ Identificar processos de tradução utilizados
- ✓ Analisar comparativamente traduções e revisões
- ✓ Identificar terminologia e respetiva compilação
- ✓ Comparação com as revisões da empresa

Inicialmente, foi projetada uma análise de excertos de traduções agrupando os exemplos dados consoante o tipo de problema de tradução existente, fosse este lexical, semântico, sintático, ou mesmo estrutural. No entanto, após um estudo dos excertos a analisar, tendo em conta que cada um deles poderia apresentar pelo menos dois problemas de tradução, optou-se por analisar cada excerto separadamente, apontando, então, quais os problemas que surgiram e uma análise detalhada de cada um deles, permitindo desta forma identificar cada problema dentro do respetivo contexto em que surgiu originalmente.

5.2.Documento *N-2012-0138-EL*

Original EN: «4.4 The gas odour, when the automotive LPG is examined in the manner specified in Annex A of the ELOT EN 589:2008 standard or the corresponding standard issued from time to time and in force, shall be characteristic (distinctive and unpleasant) and shall permit the presence of the gas in the area at concentrations over 20% of the minimum flammability limit to be detected.»

Tradução: «4.4 O odor do gás, quando o GPL é examinado do modo especificado no Anexo A da norma ELOT EN 589:2008, ou norma correspondente emitida e em vigor no período em causa, deve ser característico (distinto e desagradável) e deve permitir a presença do gás na área, em concentrações superiores a 20 % do limite mínimo de inflamabilidade.»

Revisão: «Durante a análise do GPL para veículos automóveis, tal como especificado no Anexo A da norma ELOT EN 589:2008, ou norma correspondente emitida e em vigor no período em causa, o cheiro a gás deve ser característico (distintivo e desagradável) e deve permitir a presença do gás no ar, um nível de concentração superior a 20 % do limite mínimo de inflamabilidade a detetar.»

Nos excertos indicados acima, a estrutura original do texto de origem é mantida no processo de tradução, pelo que este focou apenas o texto de partida. Assim, na frase principal “O cheiro a gás deve ser característico” a estrutura sintática foi efetivamente mantida, havendo apenas diferença na seleção do termo na tradução de “odour”.- Efetivamente, a escolha do termo passou por um sinónimo da palavra odor (que na revisão foi traduzida literalmente), no entanto após uma análise de textos paralelos com o mesmo termo, e tendo em conta o leitor final, a opção “odor” parece ser a mais utilizada.

Ligada a esta frase está a oração subordinada, que no original aparece como “ when the automotive LPG is examined [...]”. Em ambos os casos, a conjunção “when” foi substituída por duas conjunções subordinativas adverbiais temporais (“quando” e “durante”) mantendo-se assim o conector da subordinação. Dada a mobilidade das orações subordinadas, estas podem ocorrer no meio (como no caso da tradução), assim como no início da frase complexa (como, por sua vez,

surge na revisão). Em ambos os casos, os níveis morfológicos e sintáticos não causam agramaticalidade, ainda assim a diferença na construção existe.

O facto de a tradução ter sido literal condicionou a escolha das expressões pelo que a palavra “examined” foi traduzida literalmente pelo verbo “examinar”, mantendo-se então a palavra e a classe gramatical. No entanto, na revisão substituiu-se a forma passiva utilizada tanto no original como na tradução pela voz ativa, já que este subtipo textual (considerado texto jurídico) se caracteriza pela sua linguagem direta e frases na forma ativa. Na estrutura apresentada na revisão o verbo deu lugar ao nome “análise”.

Outro erro que foi corrigido na versão de revisão refere-se a uma omissão que foi realizada aquando da tradução. Tendo em conta o contexto em que surge, foi opcionalmente feita a escolha de omitir o termo “automotive” associado a GPL. Esta opção de tradução teve como base os levantamentos de textos paralelos ligados ao mesmo tema, na sua maioria emitidos pela Comunidade Europeia. Mesmo apesar disso, e após ter sido revista, o termo “automotive LPG” foi adicionado ao ficheiro de terminologia com o equivalente final “GPL para veículos automóveis”. Registou-se ainda um outro erro a nível de seleção de palavras, no entanto não ligado à terminologia em si. Onde no texto de partida surge “presence of the gas in the area”, a palavra “area” foi traduzida literalmente por “área”. No entanto, o texto de partida não se tratava efetivamente do original, mas sim de uma *Bridge (ver 4.1.2.)*, e no original (redigido em língua grega) foi utilizada a palavra “ar”, pelo que na revisão a frase foi substituída por “a presença do gás no ar”.

5.3. Documento *N-2012-0139-FR*

Original FR: «[...] l’exécution du présent arrêté qui sera publié au Journal officiel de la République française.»

Tradução: «[...] pela execução da presente portaria, que será publicada no Jornal Oficial da República Francesa.»

Revisão: «[...] pela execução da presente portaria, que será publicada no Diário Oficial da República Francesa.»

No estudo de caso que se acima se analisa a correção efetuada foi a nível terminológico. Por convenção da terminologia utilizada na Comissão Europeia e, por conseguinte, adotada pela empresa, a menção a “Jornal Oficial” na língua portuguesa dentro dos textos publicados por este organismo é utilizada apenas para referência ao Jornal Oficial da União Europeia, ou JOUE. Por análise de textos paralelos que utilizam esta mesma terminologia, na sua totalidade parte dos corpora de textos disponibilizados no *EUR-Lex*⁶, foram levantados os seguintes equivalentes:

Journal officiel de la République française	Journal officiel de l'Union européenne
Diário Oficial da República Francesa	Jornal Oficial da União Europeia
Official Bulletin of the French Republic	Official Journal of the European Union

Tabela 3 - Comparação terminológica referente ao termo “Journal officiel de la République française”

Assim, verifica-se que apenas os textos redigidos na língua francesa não fazem diferenciação entre as duas diferentes publicações e que esta é demarcada tanto na língua portuguesa como na língua inglesa. É aplicável nesta situação o que Gouadec (2002) defende quanto à tradução, na medida em que esta tem de obedecer às normas e convenções que lhe são aplicáveis, sobretudo «en ce qui concerne la terminologie et la phraséologie, surtout lorsque leur usage est circonscrit à une entreprise» ou, neste caso específico, a uma entidade.

5.4.Documento *N-2012-0156-DA*

Original EN: «The Danish Transport Authority prepares, in consultation with manufacturers or their representatives and as required, a pamphlet which contains general consumer information on the vehicles’ fuel consumption and CO2 emissions.»

Tradução: «A Autoridade dos Transportes dinamarquesa, em cooperação com os fabricantes ou seus representantes, criou um livrete que contém informações gerais para o consumidor relativas ao consumo de combustível e às emissões CO2 dos automóveis.»

⁶ Ver capítulo 4.1.3.1.

Revisão: «A Autoridade dos Transportes dinamarquesa, em cooperação com os fabricantes ou seus representantes, deve criar, quando necessário, um folheto que contenha informações gerais para o consumidor relativas ao consumo de combustível e às emissões CO2 dos automóveis.»

São três os problemas de tradução que surgem neste excerto: a nível sintático, mais especificamente na seleção de tempos verbais e, por consequência e seleção do tempo verbal utilizado na respetiva oração coordenada; a nível terminológico, sobre o qual a análise não vai incidir sendo que se trata apenas de uma questão de utilização diferenciada dos termos “livrete” e “folheto”, apesar de a escolha nas posteriores análises vá incidir sobre o termo proposto na revisão; a nível de erros de tradução, que resultam numa omissão.

Começando pelo primeiro nível de análise, o morfológico, analisemos apenas a frase principal que surge no texto original em comparação com a tradução que foi efetuada:

«The Danish Transport Authority prepares a pamphlet.»

Dentro do contexto em que surge, considerando apenas o nível gramatical, poderia ser traduzido literalmente por “A Autoridade de Transportes Dinamarquesa prepara um folheto”. Surgem, no entanto, vários problemas nesta hipótese inicial.

Numa primeira análise, o predicador “preparar” seleciona efetivamente um argumento¹⁷ nominal (função representada por “folheto”). No entanto, no que refere ao contexto a que se aplica, e tendo, também, como base a análise de alguns textos paralelos em que o termo utilizado seria, por exemplo, “elaborar”, considera-se que o termo “criar” seria o mais adequado já que se subentende que a entidade “Autoridade de Transportes Dinamarquesa” construiu este documento desde a fase inicial. O tempo verbal utilizado requer, também, uma análise mais pormenorizada. Na versão original, o verbo “to prepare” é utilizado no *Present Simple*. Entre as várias funções que a utilização deste tempo verbal pode ter aquando da sua utilização na língua inglesa, no caso dos textos jurídicos da natureza em que estes se enquadram (neste caso específico, um decreto-lei) a utilização do *Present Simple* denota obrigação, pelo que a tradução literal não se aplicaria. Neste

¹⁷ Terminologia selecionada por Peres, João Andrade e Mória, Telmo (2003). Um argumento é, segundo os autores, «uma ou mais expressões que identificam as entidades a que se aplica uma propriedade ou entre as quais é estabelecida uma relação» e elemento essencial de uma predicação, para além do predicador.

caso, e de forma a reproduzir a mensagem que está intrínseca à utilização desta construção, é utilizado um processo que Barbosa (1990) denomina de modulação, obtendo-se, assim, o mesmo resultado final mas optando por um enquadramento diferente.

Finalmente, resta referir a omissão relativamente à expressão “as required” que surge no original e que não consta na tradução inicial. Efetivamente trata-se de um erro de tradução e não de um método propriamente dito que, apesar de neste caso não ter sido apontado como tal pelo revisor, é considerado um erro grave a nível de avaliação das traduções pelo cliente final dado o facto de que o sentido final pode ser afetado. Além disso, tratando-se de uma tradução a nível legislativo, uma má tradução pode causar problemas na aplicação desta mesma lei.

5.5.Documento *N-2012-0308-NL*

Original EN: Noise-proof superstructure for a refrigerated trailer, closed lorry, delivery van or trailer

Tradução: Projeto à prova de ruídos para um reboque refrigerado, um camião de carga_fechado, uma carrinha de entregas ou um reboque

Revisão: Superstrutura à prova de ruídos para um reboque frigorífico, um camião de caixa fechada, uma furgoneta ou um reboque

Como é possível verificar, os problemas do excerto acima apresentado dividem-se em duas categorias: o primeiro trata-se de um erro de tradução e o segundo um problema a nível de terminologia. É conveniente assinalar que a nível de levantamento terminológico, este é efetuado durante a tradução, na medida em que facilita todo o processo no que refere à atualização imediata da memória da tradução, já que após a primeira ocorrência, e depois de encontrada uma proposta de solução, esta é mantida ao longo do restante documento. Isto significa que a primeira versão de terminologia que é enviada, é posteriormente corrigida tendo em conta as alterações feitas pelo revisor. Este processo, no entanto, estaria a cargo da empresa.

Analisamos de seguida o termo “refrigerated trailer” em tabelas de ocorrência quando surgem em contextos semelhantes. As pesquisas foram efetuadas no Linguee e são dadas as primeiras duas ocorrências em cada pesquisa (que se adaptem ao conteúdo pesquisado), também para análise e seleção das fontes em que a terminologia é levantada. Com esta análise pretende-se esquematizar qual a terminologia utilizada e disponível nas várias fontes e justificar, assim, as escolhas na tradução e na revisão.

Refrigerated trailer

Pesquisa por “trailer”	EN	PT
JOCE	“[...] category B tests vehicle and a trailer with a maximum authorised mass [...]”	“[...]veículo de exame da categoria B e por um reboque com massa máxima autorizada [...]”
Mahle-Brasil ¹⁸	“ [...]compressed-air brake in the trailer [...]”	“ [...]freio de ar comprimido no trailer [...]”
Pesquisa por “refrigerated”		
Europa.eu	“[...] transported in refrigerated train wagons [...]”	“[...]transportados em vagões frigoríficos [...]”
Europarl.europa.eu	“[...] vehicles used for refrigerated transport [...]”	“[...]veículos utilizados no transporte refrigerado [...]”
Pesquisa por “refrigerated trailer”		

¹⁸ Mahle-Brasil.Obtido em: 18 de outubro de 2012, de Mahle-Brasil: http://www.mahle-aftermarket.com/MAHLE_Aftermarket_LA/pt/Home_PT

qualcomm.com.br	“[...] service for refrigerated trailers [...]”	“[...] serviço para reboques refrigerados [...]”
castertech.com.br	“ [...] the refrigerated semi-trailer for pallets [...]”	“[...]semi-reboque frigorífico paleteiro [...]”

Tabela 4 – Análise do termo “refrigerated trailer”

Tendo em conta que a análise através dos termos seria inconclusiva, já que algumas das ocorrências têm como referência sítios Web em português do Brasil, a conclusão quanto à solução dada pela revisão estaria na pesquisa por sítios de especialidade. Para isso, tentou-se uma pesquisa no motor de busca Google por ambas as soluções: "reboque refrigerado" e "reboque frigorífico". Em conclusão, o termo "reboque refrigerado" continua a remeter-nos para soluções em português do Brasil enquanto a pesquisa por "reboque frigorífico" nos remete, por exemplo, para o sítio Web Via-Mobilis¹⁹ onde constam vários anúncios de compra e venda deste tipo de veículos e em que este seria o termo utilizado normalmente.

¹⁹ Via-Mobilis, Anúncios de veículos industriais. Consultado a 18 de outubro de 2012 em: <http://www.via-mobilis.pt/semi-reboques-frigorificos/usados/~a1b35c78>

6. Conclusão

Apenas muito recentemente a tradução passou a ser considerada e abordada como uma área independente de estudos e de trabalho, tanto a nível nacional como nos restantes países da Europa.

Assim, vivemos hoje numa era em que a tradução tem um papel de importância crescente e fundamental nas comunicações entre os vários países da União Europeia como parceria económica e política única. Desde 1958, ano em que foi criada a CEE (Comunidade Económica Europeia), a UE funciona como um marco de prosperidade, estabilidade e paz, tanto para os seis países que a constituem desde o início, assim como para os restantes que foram sendo agregados a esta união, como é o caso de Portugal. Ao crescimento da União Europeia está associado um esforço por parte dos seus dirigentes de aproximação dos cidadãos europeus, ao qual se associa o multilinguismo como elemento central da diversidade cultural.

É, efetivamente, dentro desta ordem de ideias que surge a importância de construção do presente relatório. Pretende-se fazer uma apresentação do papel do tradutor em Portugal como membro da União Europeia, mas também promover a aproximação entre os Estados-Membros.

A proximidade entre os vários países tem ainda maior importância e um especial impacto dada a situação de crise vivida atualmente um pouco por toda a Europa. Atualmente a união entre os vários países funciona como uma mais-valia já que, apesar de terem culturas e línguas diferentes, a Europa partilha dos mesmos valores, estes defendidos pela União Europeia. Neste momento, mais do que nunca, existe uma elevada necessidade de cooperação entre os vários cidadãos europeus como membros ativos da sociedade, mantendo o espírito de solidariedade e de tolerância que nos caracteriza. Citando o atual Presidente Durão Barroso “A globalização exige mais unidade europeia.”

No entanto, a atual conjuntura económica e financeira, em Portugal assim como em outros países da Europa, tem vindo a dificultar a coadjuvação dos Estados-Membros que constituem e que caracterizam a União Europeia como conceito de unidade.

É neste sentido que considero que, cada vez mais, o papel de empresas como a *euroscript Portugal* é fulcral. Dentro do âmbito do Mestrado, no estágio que foi levado a cabo dentro desta empresa e abarcando o acima referido, os conceitos de Tradução e Comunicação Multilíngue que denominam este Mestrado ganham um novo sentido e complementam-se. Pode afirmar-se que tomando consciência de mim como cidadã portuguesa e europeia, estes dois conceitos detêm, na maioria das vezes, uma relação de sinonímia. Este facto explica-se na medida em que durante a aquisição crescente de conhecimentos com que fui apresentada ao longo do decorrer dos trabalhos que empreendi, foi-me possível apreender novas conceções, alargar os horizontes e, sobretudo, comunicar.

Denote-se, mais uma vez, a exigência da capacidade de adaptação do tradutor a novas situações, novos temas e novos métodos de trabalho. O estágio permitiu desenvolver esta polivalência e enriquecer conhecimentos tanto no campo da tradução especializada como nos vários subtemas que a constituem. A análise de textos paralelos e a capacidade de pesquisa e adaptação de termos a um determinado tema (a nível do trabalho terminológico que lhe está associado) incluindo levantamento de termos e respetiva categorização foram também alvo de investigação. O facto de a tradução especializada ter sido realizada com base em variadas temáticas tornou mais enriquecedores os processos de busca. Ao mesmo tempo estes foram, também, mais trabalhosos dado que os dicionários normais tornam-se ferramentas obsoletas neste tipo de trabalho. No entanto, por ter-se realizado num espaço curto de tempo, a área da terminologia não foi, a meu ver, suficientemente explorada. A seleção dos termos e a construção da base terminológica seria um campo a trabalhar de forma mais aprofundada, fazendo da terminologia uma área a explorar em possíveis projetos futuros. No geral, considero que alcancei um nível superior, tanto a nível prático como intelectual, no que refere à tradução especializada. Foi uma grande oportunidade de preparação para outros desafios que possam surgir no caminho como tradutora especializada.

Acredito que esta experiência se tornou uma mais-valia no meu crescimento pessoal e profissional, oferecendo-me as ferramentas essenciais para que o trabalho futuro dentro da área de tradução seja realizado com o profissionalismo necessário e imprescindível a um bom tradutor.

7. Bibliografia

Albir, A. H. (2001). *Traducción y Traductología: Introducción a la Traductología*. Madrid: Catedra.

Austermühl, F. (2001). *Electronic Tools for Translators*. St Jerome.

Cabré, T., Estopà, R., Freixa, J., Lorente, M., Martí, J., & Tebé, C. (2002). La enseñanza de la terminología en la traducción especializada: nuevas propuestas para viejos problemas. // *Coloquio Internacional sobre la Enseñanza de la Terminología*. Granada: Universidad de Granada.

Cabré, T., Quiroz, G., & Tebé, C. (2002). La gestió de la terminologia en les memòries de traducció. *2nd International Conference on Specialized Translation*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.

Chesterman, A., & Wagner, E. (2002). *Can Theory Help Translators*. St. Jerome: Manchester.

Fulford, H., & Zafra, J. G. (26 de abril de 2004). *The Freelance Translator's Workstation: an Empirical Investigation*. Obtido em 10 de setembro de 2012, de Machine Translation Archive: <http://www.mt-archive.info/EAMT-2004-Fulford.pdf>

Gouadec, D. (2009). *Profession traducteur: Ingénieur en communication multilingue et multimédia*. Paris : La maison du dictionnaire.

Jakobson, R. (1959). *On Linguistic Aspects of Translation*. Obtido em 2 de 10 de 2010, de Stanford University: <http://www.stanford.edu/~eckert/PDF/jakobson.pdf>

Liaño, I. G., & Lage, E. O. (2003). Internet como herramienta de trabajo para el traductor. In S. Posteguillo, E. Ortelis, J. R. Prado, A. Bolaños, & A. Alcina, *Internet in Linguistics, Translation and Literary Studies* (pp. 117-145). Castelló: Universitat Jaume.

Munday, J. (2001). *Introducing Translation Studies - Theories and Applications*. London: Routledge.

Newmark, P. (1991). *About Translation*. Clevedon: Multilingual Matters.

Pym, A. (2010). *Exploring Translation Theories*. Oxon: Routledge.

Robinson, D. (1997). *Becoming a Translator: An Introduction to the theory and practice of translation*. London: Routledge.

S.Abdellah, A. (07 de 2002). What Every Novice Translator Should Know. *Translation Journal* , 6.

Scarpa, F. (2010). *La traduction spécialisée: Une approche professionnelle à l'enseignement de la traduction*. Ottawa: Presses de l'Université d'Ottawa.

Vermeer, H. J. (2000). Skopos and Commission in Translational Action. In L. Venuti, *The Translation Studies Reader* (pp. 227-238). Oxon : Routledge.

Leituras Complementares

Araújo, S., Almeida, J. J., Dias, I. & Simões, A. (2010). *Apresentação do projecto Per-Fide: Paralelizando o Português com seis outras línguas*, *Linguamática*, 2(2), 71-74. Obtido em 10 de janeiro de 2012: <http://linguamatica.com/index.php/linguamatica/article/view/65/90>

Barros, L. A. (2004). *Curso básico de terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Bogaert, J. V. (dezembro de 2008). *Terminology and Translation Quality Assurance*. Obtido em 22 de abril de 2012, de Revista tradumàtica: <http://www.fti.uab.cat/tradumatica/revista/num6/articles/08/08.pdf>

Cabré, M. T. (1999). *Terminology: theory, methods, and applications*. (J. C. Sager, Ed., & J. A. DeCesaris, Trad.) Philadelphia: John Benjamins B. V.

Cabré, M. T., Bach, C., & Martí, J. (2006). *Terminología y derecho: complejidad de la comunicación multilingüe*. Barcelona: Edicions a Petició, SL.

Durão, M. d. (2007). *Tradução Científica e Técnica: Proposta para a formação de tradutores pluricompetentes especializados na produção de documentação científica e técnica do inglês para o português*. Universidade Aberta. Lisboa: Universidade Aberta.

Grego, K. (2010). *Specialized translation. Theoretical issues, operational perspectives*. Monza: Polimetrica

Nord, C. (2006). Loyalty and fidelity in specialized translation. *Confluências – Revista de Tradução Científica e Técnica*, 4, 29-41.

Lavault-Olléon, É. (2007). *Traduction spécialisée: pratiques, théories, formations*. Bern: Peter Lang SA

8. Anexos

Anexo 1 – Diário da formação (versão completa)

Training Schedule

Trainee name: Diana Costa and Filipa Cunha

Team/Department: DG Enterprise

Position: Translators

Topic(s)	Trainer	Date	Time	Remarks
----------	---------	------	------	---------

Types of DG documents: d) Messages e) Notifications f) Extra Jobs General rules	Sílvia C. Sacadura	29.02.2012	10:00 - 11:00	
TM e MultiTerm	Sílvia C. Sacadura	29.02.2012	11:00 - 12:15	
Rules on European Community documents – Interinstitutional Style Guide	Sílvia C. Sacadura	29.02.2012	12:15 - 13:00	
Lunch time		29.02.2012	13:00 - 14:00	
Research in Eur-lex a) By word b) By document number	Sílvia C. Sacadura	29.02.2012	14:00 – 14:30	
Research in TRIS	Sílvia C. Sacadura	29.02.2012	14:30 – 15:00	
Research of EN, ISO and other standards in IPQ, Google, AENOR,	Sílvia C. Sacadura	29.02.2012	15:00 – 15:30	

PTI, ABNT...				
Escaepe How to use it - download and upload of documents	Rosa Pires	29.02.2012	15:30 – 16:00	

Reason:

New employee

Reallocation

Replacement

Others

Diana Costa and Filipa Cunha

Completion date: 29.02.2012

Anexo 2 – Teste inicial de tradução de Inglês

Draft

European Communities (Placing on the Market of Pyrotechnic Articles) Regulations, 2009

I, Dermot Ahern, Minister for Justice, Equality and Law Reform in exercise of the powers conferred on me by Section 3 of the European Communities Act 1972 (No. 27 of 1972) and for the purpose of giving effect to Directive 2007/23/EC of the European Parliament and of the Council of 23 May 2007 on the placing on the market of pyrotechnic articles hereby make the following Regulations:

Citation and Commencement

1.(1) These Regulations may be cited as the European Communities (Placing on the Market of Pyrotechnic Articles) Regulations, 2009

(2) As regards fireworks of categories 1,2 and 3, these Regulations shall come into operation on 4 July 2010.

(3) As regards other pyrotechnic articles (categories P1 and P2), fireworks of category 4 and theatrical pyrotechnic articles (categories T1 and T2), these Regulations shall come into operation on 4 July 2013.

Interpretation.

2. (1) In these Regulations:-

“pyrotechnic article”, “placing on the market”, “firework”, “theatrical pyrotechnic articles”, “pyrotechnic articles for vehicles”, “manufacturer”, “importer”, “distributor”, “harmonised standard”, and “person with specialist knowledge” have the meanings given by Article 2 of the Directive.

(2) In these Regulations

“ammunition” means projectiles and propelling charges and blank ammunition used in portable firearms, other guns and artillery;

“authorised officer” means an authorised member of the relevant competent authority;

“the CE Marking” means the conformity marking referred to in Regulation 11;

“Commission” means the Commission of the European Communities;

“Community” means the European Community;

“the Directive” means Directive 2007/23/EC of the European Parliament and of the Council of 23 May 2007 on the placing on the market of pyrotechnic articles;

“essential safety requirements” means the requirements listed in Schedule 1 to these Regulations;

“Minister” means the Minister for Justice, Equality and Law Reform;

“national standard” means a standard of a Member State:-

- (a) which transposes a relevant harmonised standard ; and
- (b) the reference number of which has been published by that Member State pursuant to Article 8.3 of the Directive.

Anexo 3 – Teste Inicial de Tradução de Francês

Marquage des mèches d'allumage de sûreté et des cordons détonants

Le marquage doit en outre être conforme à l'annexe 14.

Art. 21, titre et al. 1

Emballage, indications et désignations

L'emballage des matières explosives doit répondre aux prescriptions de l'Accord européen du 30 septembre 1957 relatif au transport international des marchandises dangereuses par route et être marqué en conséquence. Il portera en outre les indications exigées par l'art. 19, al. 3, de la loi et par l'annexe 14.

Art. 23, al. 4

Le marquage des amorces et des détonateurs doit en outre être conforme aux indications exigées par les normes techniques selon l'annexe 14.

Art. 24 Conditions de mise sur le marché

Peuvent être mis sur le marché les engins pyrotechniques qui:

- a. satisfont aux exigences essentielles de sécurité selon l'annexe I de la directive 2007/23/CE du Parlement européen et du Conseil du 23 mai 2007 relative à la mise sur le marché d'articles pyrotechniques (directive 2007/23/CE)²⁰, en particulier que leur maniement ne présente aucun risque pour les personnes et les biens lorsqu'ils sont utilisés conformément à leur destination;
- b. répondent aux exigences formulées à l'art. 26.

Les dispositions de la présente section ne s'appliquent pas:

- a. aux engins pyrotechniques utilisés dans le pays en quantités limitées par la science, la recherche, le développement ou pour des essais;
- b. aux engins pyrotechniques destinés à être employés par la police.

Art. 25 Dispositions communes avec les matières explosives

Les dispositions de l'art. 10 régissant les matières explosives s'appliquent par analogie aux engins pyrotechniques en lien avec la directive 2007/23/CE du Parlement européen et du Conseil du 23 mai 2007 relative à la mise sur le marché d'articles pyrotechniques (directive 2007/23/CE)²¹.

Les dispositions des art. 11 à 17 régissant les matières explosives s'appliquent par analogie aux engins pyrotechniques.

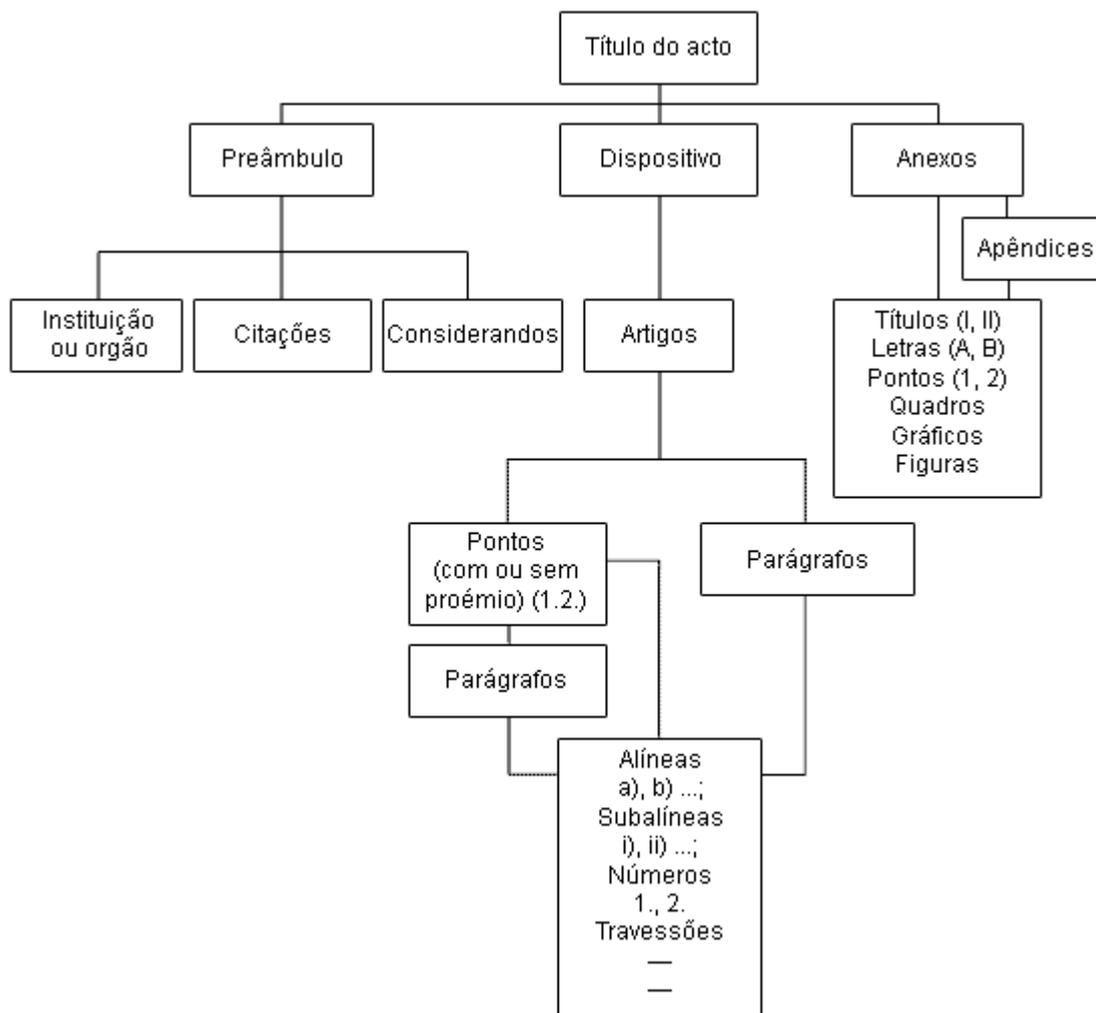
²⁰ JO n° L 154 du 14.6.2007, p. 1. Le texte de la directive peut être obtenu auprès du Centre suisse d'information pour les règles techniques (SWITEC), Bürglistrasse 29, 8400 Winterthour (<http://www.snv.ch>) ou consulté à l'adresse suivante: www.cheminfo.ch ou <http://eur-lex.europa.eu/>.

²¹ JO n° L 154 du 14.6.2007, p. 1. Le texte de la directive peut être obtenu auprès du Centre suisse d'information pour les règles techniques (SWITEC), Bürglistrasse 29, 8400 Winterthour (<http://www.snv.ch>) ou consulté à l'adresse suivante: www.cheminfo.ch ou <http://eur-lex.europa.eu/>.

Art. 26 Emballage, indications et désignations

L'emballage des engins pyrotechniques doit répondre aux prescriptions de l'Accord européen du 30 septembre 1957 relatif au transport international des marchandises dangereuses par route et être marqué en conséquence.

Anexo 4 – Tabela da estrutura dos atos legislativos



Anexo 5 – Documento N-2012-0138-EN

1. -----IND- 2012 0138 GR- EN- ----- 20120312 --- --- PROJET



HELLENIC REPUBLIC

TO BE PUT OUT TO PUBLIC CONSULTATION BY ELOT

MINISTRY OF FINANCE

**STATE SUPREME CHEMICAL
COUNCIL**

**Athens, 17 February 2012
Ref. No. 68/2012**

Information: E. Polychronopoulou

**16 A. Tsocha St., Athens GR-
11521**

**TO:
The General Chemical State Laboratory
Petrochemical Directorate**

Tel.: 210 6479230

Fax: 210 6479229

E-mail: axs@gcsl.gr

The State Supreme Chemical Council, which we chair, having taken into account all information dispatched to us in letter No. 30/005/612/14.10.2011 on the specifications entitled "Automotive Fuels - Liquefied Petroleum Gas (LPG) – Requirements and Test Methods", unanimously decided at its meeting held on 30/01/2012 to:

Approve the specifications entitled "Automotive Fuels - Liquefied Petroleum Gas (LPG) – Requirements and Test Methods" as follows:

**Article 1
Scope and application**

The purpose of this decision is to put in place new specifications, requirements and test methods for automotive LPG used as an automotive fuel intended to be used in the Greek market as fuel for internal combustion engines designed to operate with fuels of this type.

All requirements in this decision are in accordance with the requirements in the ELOT EN 589 'Automotive Fuels - Liquefied Petroleum Gas (LPG) – Requirements and Test Methods' standard, which is mandatory.

**Article 2
Sampling**

Sampling of automotive LPG shall be done in accordance with the ELOT EN 4257 standard.

Article 3 Pump marking

Markings on automotive LPG dispensing pumps and the dimensions of the markings shall be laid down by Joint Ministerial Decision of the Ministers of Development, Competitiveness & Shipping, Justice, Transparency & Human Rights, Labour & Social Security.

Article 4 Requirements and Test Methods

- 4.1** The automotive LPG placed on the market in the territory of Greece shall meet the quality requirements laid down in Table 1 of point 6.1 of the ELOT EN 589:2008 standard or the corresponding standard issued from time to time and in force, where examined using the test methods cited in Table 1 of that standard.
- 4.2** The aforementioned test methods are laid down in the standards referred to in point 2 'Normative References' in the ELOT EN 589:2008 standard, or the corresponding standard issued from time to time and in force, which form an integral part hereof. In the case of all standards where no publication year is cited, the last version thereof shall be deemed as being applicable. It shall be possible to use another test method which is specifically laid down as a replacement for the test method cited in the ELOT EN 589 standard provided the new method ensures at least the same accuracy and at least the same level of reliability as the detailed method being replaced.
- 4.3** When examined macroscopically the automotive LPG must not contain free water at 0°C or vapours when saturated.
- 4.4** The gas odour, when the automotive LPG is examined in the manner specified in Annex A of the ELOT EN 589:2008 standard or the corresponding standard issued from time to time and in force, shall be characteristic (distinctive and unpleasant) and shall permit the presence of the gas in the area at concentrations over 20% of the minimum flammability limit to be detected.
- 4.5** All methods referred to in Table 1 of the ELOT EN 589:2008 standard, or the corresponding standard issued from time to time and in force shall include precision data. Where there are doubts about the results of tests, the data shall be evaluated and interpreted in accordance with the ELOT EN ISO 4259 standard.
- 4.6** Automotive LPG placed on the market in the territory of Greece in the winter and summer periods shall be in the classes laid down in the national annex NA1 in the ELOT EN 589:2008 standard, or the corresponding standard issued from time to time and in force.

Article 5 Free Movement and Mutual Recognition Clause

From the entry into force of this decision, automotive LPG may be freely placed on the Greek market only where it is in accordance with the requirements of this decision.

Automotive LPG which has been manufactured lawfully and/or has been placed on the market in other Member States of the European Union or EFTA countries which are signatories to the EEA Agreement or Turkey may be placed on the Greek market when they have been manufactured in accordance with the technical standards, specifications and/or procedures for management and control so that it can be demonstrated as guaranteeing an equivalent level of quality and safety for human health and the environment under the same climate conditions.

Article 6

Repealed Provisions

From the entry into force of this decision State Supreme Chemical Council Decision No. 264/2003 (Government Gazette 47/B/2004) on Requirements and Test Methods for Automotive Fuels – Liquefied Petroleum Gas (LPG) is repealed.

Article 7

Entry into force

This decision shall take effect upon publication in the Government Gazette.

This decision shall be published in the Government Gazette.

THE CHAIRMAN

M. TSIMIDOU

THE SECRETARY

E.POLYCHRONOPOULOU

Anexo 5.1. - Tradução do documento - N-2012-0138-ENPT-(revisto)

1. -----IND- 2012 0138 GR- PT- ----- 20120312 --- --- PROJET



REPÚBLICA HELÉNICA

A SUBMETER A CONSULTA PÚBLICA PELA ELOT

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**CONSELHO SUPERIOR DE
QUÍMICA DO ESTADO**

**Atenas, 17 de fevereiro de 2012
Ref. n.º 68/2012**

Informações: E. Polychronopoulou

16 Tsocha St., 11521 Atenas

Tel. +30 2106479230

Fax +30 2106479229

PARA:

**Laboratório Nacional de Química Geral
Direção Petroquímica**

Endereço eletrônico: axs@gcsl.gr

O Conselho Superior de Química do Estado, ao qual presidimos, tendo em consideração todas as informações que nos foram enviadas na carta n.º 30/005/612/14.10.2011 relativa às especificações intituladas «Combustíveis Automóveis - Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) – Requisitos e Métodos de Ensaio» decidiu, por unanimidade, na sua reunião de 30 de janeiro de 2012:

Aprovar as especificações intituladas «Combustíveis Automóveis - Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) – Requisitos e Métodos de Ensaio» como se segue:

Artigo 1.º

Âmbito e aplicação

O objetivo da presente decisão consiste em implementar novas especificações, requisitos e métodos de ensaio de GPL para veículos automóveis utilizado como combustível automóvel para ser utilizado no mercado grego como combustível em motores de combustão interna concebidos para funcionar com combustíveis deste tipo.

Todas as exigências constantes da presente decisão cumprem os requisitos obrigatórios da norma ELOT EN 589 «Combustíveis Automóveis – Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) – Requisitos e Métodos de Ensaio».

Artigo 2.º
Amostragem

A amostragem de GPL para veículos automóveis deverá ser efetuada em conformidade com a norma ELOT EN 4257.

Artigo 3.º
Marcação de bombas

As marcações nas bombas de distribuição de GPL e as suas dimensões devem ser definidas por decisão ministerial conjunta dos ministros do Desenvolvimento, da Competitividade e dos Transportes, da Justiça, da Transparência e Direitos Humanos, do Trabalho e Segurança Social.

Artigo 4.º
Requisitos e métodos de ensaio

- 4.7** O GPL para veículos automóveis colocado no mercado no território da Grécia deve cumprir os requisitos de qualidade listados na Tabela 1 do ponto 6.1 da norma ELOT EN 589:2008, ou da norma correspondente emitida e em vigor no período em causa, se analisada de acordo com os métodos de ensaio citados na Tabela 1 da norma.
- 4.8** Os métodos de ensaio supracitados encontram-se definidos nas normas referidas no ponto 2 «Referências Normativas» da norma ELOT EN 589:2008, ou da norma correspondente emitida e em vigor no período em causa, que constitui parte integrante da mesma. Para todas as normas em que não é citado o ano de publicação, é considerada aplicável a última versão da mesma. Deve ser possível utilizar outro método de ensaio que é especificamente definido como um substituto do método de ensaio citado na norma ELOT EN 589 desde que o novo método assegure, no mínimo, a mesma precisão e o mesmo nível de fiabilidade do método pormenorizado que é substituído.
- 4.9** Quando examinado macroscopicamente, o GPL para veículos automóveis não deve conter água livre a 0° C ou vapores quando saturado.
- 4.10** Durante a análise do GPL para veículos automóveis, tal como especificado no Anexo A da norma ELOT EN 589:2008, ou norma correspondente emitida e em vigor no período em causa, o cheiro a gás deve ser característico (distintivo e desagradável) e deve permitir a presença do gás no ar, um nível de concentração superior a 20 % do limite mínimo de inflamabilidade a detetar.
- 4.11** Todos os métodos listados na Tabela 1 da norma ELOT EN 598:2008, ou da norma correspondente emitida e em vigor no período em causa, devem incluir dados de precisão. Em caso de dúvidas sobre os resultados dos ensaios, os dados devem ser avaliados e interpretados de acordo com a norma ELOT EN ISO 4259.
- 4.12** O GPL para veículos automóveis colocado no mercado no território da Grécia durante o inverno e verão deve pertencer às classes estabelecidas no anexo nacional NA1 da norma ELOT EN 589:2008, ou da norma correspondente emitida e em vigor no período em causa.

Artigo 5.º
Livre circulação e cláusula de reconhecimento mútuo

A partir da entrada em vigor da presente decisão, o GPL para veículos automóveis pode ser colocado livremente no mercado grego apenas quando em conformidade com os requisitos da presente decisão.

O GPL para veículos automóveis que tenha sido legalmente fabricado e/ou colocado no mercado noutro Estado-Membro da União Europeia ou nos países da EFTA signatários do Acordo EEE ou na Turquia pode ser colocado no mercado grego desde que tenha sido produzido em conformidade com as normas técnicas, especificações e/ou procedimentos em matéria de gestão e controlo de modo a que possa ser demonstrado que garante um nível equivalente de qualidade e segurança para a saúde humana e para o ambiente em condições climatéricas análogas.

Artigo 6.º

Disposições revogadas

A partir da entrada em vigor da presente decisão, a Decisão n.º 264/2003 (Diário Oficial 47/B/2004) relativa às Especificações e Métodos de Ensaio dos Combustíveis Automóveis – Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) é revogada.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

A presente decisão entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial.

A presente decisão será publicada no Diário Oficial.

O PRESIDENTE

M. TSIMIDOU

O SECRETÁRIO

E.

POLYCHRONOPOULOU

Anexo 6 – Documento N-2012-0139-FR

1. -----IND- 2012 0139 F-- FR- ----- 20120312 --- --- PROJET

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE

Ministère de l'agriculture,
de l'alimentation,
de la pêche, de la ruralité
et de l'aménagement du territoire

Arrêté

**portant extension d'un accord interprofessionnel conclu dans le cadre de
l'Association interprofessionnelle des fruits et légumes frais
(INTERFEL) et relatif au calibrage des abricots**

NOR :

**Le ministre de l'économie, des finances et de l'industrie et le ministre de l'agriculture de
l'alimentation, de la pêche, de la ruralité et de l'aménagement du territoire,**

Vu le règlement (CE) n°1234/2007 modifié du Conseil du 22 octobre 2007 portant organisation commune des marchés dans le secteur agricole et dispositions spécifiques en ce qui concerne certains produits de ce secteur (règlement « OCM unique ») ;

Vu la directive 98/34/CE du Parlement européen et du Conseil du 22 juin 1998 prévoyant une procédure d'information dans le domaine des normes et réglementations techniques et des règles relatives aux services de la société de l'information, et notamment la notification ;

Vu l'article L632-3 du livre VI du Code rural et de la pêche maritime, relatif à l'extension des accords conclus par les organisations interprofessionnelles agricoles ;

Vu l'arrêté du 5 juillet 1976 portant reconnaissance de l'Association interprofessionnelle des fruits et légumes frais (INTERFEL) ;

Vu l'accord interprofessionnel du 12 octobre 2010 relatif au calibrage des abricots conclu par les organisations professionnelles membres d'INTERFEL ;

ARRÊTENT

Article 1

Les dispositions de l'accord interprofessionnel du 12 octobre 2010²² relatif au calibrage des abricots produits en France conclu dans le cadre de l'Association interprofessionnelle des fruits et légumes frais (INTERFEL) sont étendues à tous les membres des professions constituant cette organisation interprofessionnelle pour la campagne 2012, jusqu'au 31 décembre 2012.

Article 2

Le directeur général des politiques agricole, agroalimentaire et des territoires et la directrice générale de la concurrence, de la consommation et de la répression des fraudes sont chargés, chacun en ce qui le concerne, de l'exécution du présent arrêté qui sera publié au Journal officiel de la République française.

Fait le

Le ministre de l'agriculture,
de l'alimentation, de la pêche,
de la ruralité et de l'aménagement
du territoire

Pour le ministre et par délégation
Le directeur général des politiques
agricole, agroalimentaire et des territoires

Le ministre de l'économie, des finances et
de l'industrie

Pour le ministre et par délégation
La directrice générale de la concurrence,
de la consommation et de la répression
des fraudes

²² Le texte de l'accord interprofessionnel peut être consulté au siège d'INTERFEL, 19 rue de la Pépinière 75 008 PARIS ou à la Direction générale des politiques agricole, agroalimentaire et des territoires (Bureau des fruits et légumes, de l'horticulture et des productions végétales spécialisées) au Ministère de l'agriculture, de l'alimentation, de la pêche, de la ruralité et de l'aménagement du territoire, 3 rue Barbet de Jouy - 75007 PARIS.

Anexo 6.1. - Tradução do documento N-2012-0139-FR

1. -----IND- 2012 0321 F-- PT- ----- 20120312 --- --- PROJET

REPÚBLICA FRANCESA

Ministério da Agricultura, da Alimentação,
das Pescas, da Ruralidade e do
Ordenamento do Território

Portaria

**relativa à extensão de um acordo
interprofissional celebrado no
âmbito da Associação**

**Interprofissional das Frutas e dos Produtos Hortícolas Frescos
(INTERFEL) e relativa ao calibre dos damascos**

NOR:

O ministro da Economia, das Finanças e da Indústria e o ministro da Agricultura, da Alimentação, das Pescas, da Ruralidade e do Ordenamento do Território

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1234/2007 alterado do Conselho, de 22 de outubro de 2007, que estabelece uma organização comum dos mercados agrícolas e disposições específicas para certos produtos agrícolas (Regulamento OCM única),

Tendo em conta a Diretiva 98/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de junho de 1998 relativa a um procedimento de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação e, nomeadamente, a notificação,

Tendo em conta o artigo L632-3 do livro VI do Código Rural e da Pesca Marítima, relativo à extensão de acordos celebrados pelas organizações interprofissionais agrícolas,

Tendo em conta a Portaria, de 5 de julho de 1976, relativa ao reconhecimento da Associação Interprofissional das Frutas e dos Produtos Hortícolas Frescos (INTERFEL),

Tendo em conta o acordo interprofissional, de 12 de outubro de 2010, relativo ao calibre dos damascos celebrado pelas organizações profissionais membros da INTERFEL,

DECRETAM

Artigo

1.º

As disposições do acordo interprofissional, de 12 de outubro de 2010,¹ relativo ao calibre dos damascos produzidos em França celebrado no âmbito da Associação Interprofissional das Frutas e dos Produtos Hortícolas Frescos (INTERFEL) são alargadas a todos os membros das profissões que constituem esta organização interprofissional para a campanha de 2012, até 31 de dezembro de 2012.

Artigo 2.º

Number
IENM/BSK-

O diretor-geral das Políticas Agrícola, Agroalimentar e dos Territórios e a diretora-geral da Concorrência, do Consumo e da Repressão da Fraude, são responsáveis, no âmbito das respetivas competências, pela execução da presente portaria, que será publicada no Diário Oficial da República Francesa.

Feito a

O ministro da Agricultura, da Alimentação, das
Pescas, da Ruralidade e do Ordenamento do
Território

O ministro da Economia, das Finanças e
da Indústria

Pelo ministro e por delegação O diretor-geral
das Políticas Agrícola, Agroalimentar e dos
Territórios

Pela ministra e por delegação
A diretora-geral da Concorrência, do
Consumo e da Repressão da Fraude

²³ O texto do acordo interprofissional pode ser consultado na sede da INTERFEL, sito em 19 rue de la Pépinière 75008 PARIS ou na Direção-Geral das Políticas Agrícola, Agroalimentar e dos Territórios (Serviço dos Frutos e Legumes, da Horticultura e das Produções Vegetais Especializadas), no Ministério da Agricultura, da Alimentação, das Pescas e do Ordenamento do Território, sito em 3 rue Barbet de Jouy - 75007 PARIS.

Anexo 7 – Documento N-2012-0156-EN

1. -----IND- 2012 0156 DK- EN- ----- 20120322 --- ---
PROJET

ORDER ON ENERGY LABELLING ETC. OF NEW PASSENGER CARS AND LIGHT GOODS VEHICLES¹⁾/NREF/FN501//

Pursuant to Article 17(1) and Article 25(1) of Act No. 455 of 18 May 2011 on energy labelling of energy related products, the following is set:

Article 1. New passenger cars and light goods vehicles that are placed on display for sales purposes at sales premises, are to be labelled with information on fuel consumption and other standardised product information set in this Order, cf. however Paragraph 5.

Paragraph 2. New passenger cars are understood, in this Order, to be vehicles which are fitted out to be used for the carrying maximum 9 people including the driver, which have not previously been registered in Denmark or abroad.

Paragraph 3. New light goods vehicles are understood, in this Order, to be vehicles which are fitted out to be used for the carriage of goods, which have a permitted total weight of not more than 3,500 kg and which have not previously been registered in Denmark or abroad.

Paragraph 4. Sales premises are understood in this Order to be all premises, i.e. vehicle sale display premises or aprons, where vehicles are displayed or offered for sale or leasing. Fairs where passenger cars and light goods vehicles are presented to the public are included in this definition.

Paragraph 5. The obligation to label cf. Paragraph 1 does not include vehicles which only use electricity or gas as fuel.

Energy labelling

Article 2. Energy labelling and information on the fuel consumption etc. of new passenger cars and light goods vehicles, is to contain the information specified and be designed and be printed as specified in Annex 1. Energy labelling is considered to be in accordance with Annex 1 when it is printed out from www.bilviden.dk.

Poster or display

Article 3. A poster or a display with information on new passenger car fuel consumption etc. is to include the information specified in Annex 2.

¹⁾ The Order contains regulations, which implement parts of Directive 1999/94/EC of the European Parliament and of The Council of 13 December 1999, Official Journal 2000, L 12, p. 16.

The draft Order has been notified in accordance with the European Parliament and Council Directive 98/34/EC (the information procedure directive), last amended by Directive 98/48/EC.

Advertising materials

Article 4. Advertising materials (brochures, datasheets, sales lists, advertisements in newspapers, magazine, trade press or on the Internet, web banners, posters and similar) which are used in the marketing and sales promotion of new passenger cars and light goods vehicles to the public, are to include the energy class shown in Annex 3, fuel consumption and CO₂ emissions for the models and variants the advertising materials relate to, cf. however Paragraph 4. This information is, as a minimum, to comply with the requirements specified in Paragraph 2 and 3.

Number
IENM/BSK-

Paragraph 2. The information is to be easily legible, easily comprehensible and be clearly presented and in a way that is at least as conspicuous as other information in the advertising materials.

Paragraph 3. If the advertising material relates to several models and/or variants, the energy classes shown in Annex 3, fuel consumption and CO₂ emissions are to be stated for the variant with the lowest and highest consumption.

Paragraph 4. Energy class, fuel consumption and CO₂ emission information is not required on advertising materials that only relate to a brand and not a specific model.

Pamphlet containing information on fuel consumption and CO₂ emissions

Article 5. The Danish Transport Authority prepares, in consultation with manufacturers or their representatives and as required, a pamphlet which contains general consumer information on the vehicles' fuel consumption and CO₂ emissions. The pamphlet refers to www.bilviden.dk. Searches for specific passenger cars and light goods vehicles which are offered on the market can be carried out here. Consumers are to receive this pamphlet on request free of charge at sales premises.

Manufacturer's and dealer's obligations

Article 6. Manufacturers or their representatives are obliged to make the required information available to dealers such that they are able to meet the obligations this Order places upon them.

Article 7. All parties who display new passenger cars and light goods vehicles at a sales premises are, before placing the vehicle on display, furnish the vehicle with the energy labelling specified in Article 2. Energy labelling is to be displayed on the vehicle's windscreen, such that it is visible from outside the vehicle or alternatively can be displayed in a clearly visible way, in the vicinity of the vehicle with price and consumer information. No other labels, makes, symbols or inscriptions than those specified in Article 2 (energy labelling) are to be displayed on new passenger cars and light goods vehicles if these can be misleading.

Paragraph 2. All parties who display new passenger cars at a sales premises, are to provide the pamphlet specified in Article 5 which contains general consumer information on vehicle fuel consumption and CO₂ emissions, free of charge to consumers on request.

Paragraph 3. All parties who display new passenger cars at a sales premises, are to set up a poster or a display at a conspicuous position, for each individual vehicle make in accordance with Article 3. Alternatively, a computer which is connected to www.bilviden.dk can be set up and made available to consumers free of charge.

Paragraph 4. All parties who have advertising materials prepared which are to be used in the marketing and sales promotion of new passenger cars and light goods vehicles, are to ensure that this is prepared in accordance with Article 4.

Supervision etc.

Article 8. The Danish Transport Authority supervises compliance with Order regulations.

Paragraph 2. The Danish Transport Authority can transfer the supervision stipulated in Paragraph 1 to another authority.

Appeals

Article 9. If The Danish Transport Authority has transferred the supervision of compliance with the Order's regulations to another authority, then the supervisory authority's decisions can be brought before The Danish Transport Authority.

Paragraph 2. The time limit for lodging an appeal is maximum 6 years from the day the decision was notified.

Paragraph 3. The Danish Transport Authority's decisions cannot be brought before the Minister for Transport.

Regulation

Article 10. The Danish Transport Authority, in consultation with consumer organizations, the industry and The Danish Energy Agency, discuss and continuously update the information which is to be included in energy labelling, cf. Annex 1, including the energy class classification.

Penalties

Article 11. Those who violate Article 6 and 7 are penalized by fines.

Paragraph 2. Liability to punishment may be imposed on entities etc. (legal entities) in accordance with the rules of Chapter 5 of the Penal Code.

Entry into force

Article 12. The Order comes into force on 1 July 2012.

Paragraph 2. Order No. 1437 of 11 December 2009 on energy labelling etc. of new passenger cars and light goods vehicles is repealed at the same time.

Transition provisions

Article 13. Printed advertising materials for new passenger cars and light goods vehicles in the form of brochures, datasheets and posters, that are not in accordance with Article 4 and which are printed before this Order enters into force, can be used until 1 January 2013.

Paragraph 2. Campaigns and advertisements agreed before the date of entering into force, can be run up until 1 January 2013.

/NPKT/FN501// The Order contains regulations, which implement parts of Directive 94/1999/EC of the European Parliament and of The Council of 13 December 1999, Official Journal 2000, L 12, p. 16.
---NOTES---

Carsten Falk Hansen

Number
IENM/BSK-
/Ib Rasmussen

Notes on the energy labelling of new passenger cars and light goods vehicles

The following notes apply to the energy labelling example which is included at the rear of this Annex and specifies which information is to be provided.

- 1) Type of vehicle: Goods vehicle or passenger vehicle
 Fuel: Petrol or diesel
 Make: The manufacturer's company name i.e. Opel, Toyota, or VW etc.
 Model: Vehicles with significant common design components i.e. Astra, Corolla or Golf etc.
 Variant: Engine size and any supplementary equipment badge or body design i.e. 1.2 16v, 1.4 HB or 1.9 TDI etc.
 Vehicles which are registered as being EC type approved, are to be of the make, model and variant stipulated in the notification.
- 2) The vehicle's fuel consumption measured in accordance with Council Directive 80/1268/EEC or Commission Regulation (EC) No 692/2008 is to be converted to km per litre, and rounded to one decimal place and is to be placed in one of the classes from A+++ to G in accordance with the following forms.

Energy classes	Fuel consumption km per litre	
	Petrol	Diesel
A+++	Minimum 34.3	Minimum 38.6
A++	25.5 – 34.2	28.1 – 38.5
A+	20.1 – 25.1	22.5 – 28.0
A	18.2 – 20.0	20.5 – 22.4
B	18.1 - 15.4	20.4 - 17.3
C	15.3 - 14.3	17.2 - 16.1
D	14.2 - 12.5	16.0 - 14.1
E	12.4 - 11.8	14.0 - 13.2
F	11.7 - 10.5	13.1 - 11.9
G	Less than 10.5	Less than 11.9

The energy class is shown on the energy labelling by an arrow and a letter which corresponds to the relevant class.

- 3) The vehicle's fuel consumption in accordance with point 2 is stated in km per litre.
- 4) CO₂ emissions measured in accordance with Council Directive 80/1268/EEC or Commission Regulation (EC) No 692/2008 are specified in g/km.
- 5) Vehicle CO₂ reductions achieved as a result of type approved energy saving technologies are specified in g/km.

- 6) Annual ownership tax in accordance with the Act on Taxes in accordance with Fuel Consumption etc. for Specific Passenger and Light Goods Vehicles (Fuel Consumption Tax Act), cf. Consolidated Act No. 835 of 1 July 2011, amended by Article 1 in Act no. 1384 of 28 December 2011 on the amendment the Fuel Consumption Tax Act, Act on Miscellaneous Consumption Taxes, Act on a Tax on Pipeline Distributed Water, Act on the Weight Tax on Motor Vehicles etc., The Water Supply Act etc. and The Environmental Targets Act are specified in DKK per year. 'Annual fuel costs' are calculated and specified for a mileage of 20,000 km for passenger cars and 25,000 km for light goods vehicles and a litre price which is set by The Danish Transport Authority. Additional tax for 'mixed private/business' and 'private' use for light goods vehicles is also specified
- 7) A star system or 'not tested' is stated if the vehicle's safety is assessed based on testing carried out in accordance with EuroNCAP (European New Car Assessment Programme).
- 8) The text under point 8 of the example is to always be stated, as the summary text for fuel consumption and CO₂ emissions for all new passenger cars only is to only be specified for passenger cars. The exhaust gas text for diesel vehicles is to only be stated for diesel vehicles.

Energy labelling size

The dimensions of the labelling is to be 297 x 210 mm (A4) and otherwise comply with the dimensions specified in the example.

Font Ariel
Colours CMYK Cyan, Magenta, Yellow, Black.

Colour example:

070X0: 0% Cyan, 70% Magenta, 100% Yellow, 0% Black.

Arrow:

- A+++ : X-00-X-00
- A++ : 70-00-X-00
- A+ : 30-00-X-00
- A : : 00-00-X-00
- B : 00-30-X-00
- C : 00-70-X-00
- D : 00-X-X-00
- E : 00-X-X-00
- F : 00-X-X-00
- G : 00-X-X-00

All text in black. Background white.

Additional information is available from:

The Danish Transport Authority, Edvard Thomsens Vej 14, 2300 Copenhagen S,
Denmark, telephone +45 72 21 88 00.

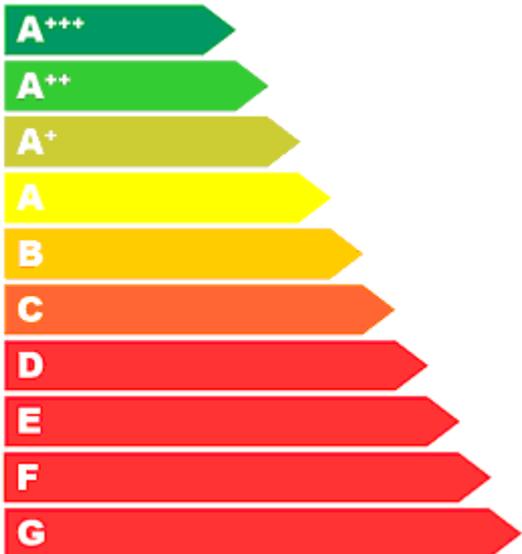
Energy

Passenger vehicle/Commercial vehicle

Diesel/Petrol **Vehicle logo**

Make
Model

Number
IENM/BSK-

<p>Low consumption</p>  <p>High consumption</p>	
<p>Fuel consumption in km per litre according to official type approval</p>	
<p>CO₂ emissions in grams per kilometre</p>	
<p>Special CO₂ reduction in grams pr km CO₂ reduction as a result of special energy saving technologies</p>	
<p>Finance information Ownership tax per year. Supplementary tax for combined business/private use, per year. Supplementary tax for private use, per year. Fuel costs for 2x 000 km and X.XX DKK litre</p>	
<p>Safety The Danish Transport Authority's assessment of the vehicle's safety based on Euro NCAP, adapted to Danish variants. Further details are available on www.bilviden.dk</p>	

A pamphlet with information on vehicle fuel consumption and CO₂ emissions is available free of charge at all sales premises and a complete summary is available on www.bilviden.dk.

Actual fuel consumption and the CO₂ emissions achieved and achieving the vehicle's stated fuel consumption are dependant upon the way the vehicle is driven. CO₂ is the greenhouse gas which is primarily responsible for global warming. Consumption by air-conditioning units and similar not included in the information on fuel consumption.

Description of the poster or the display which is to be set up at a sales premises for passenger cars and light goods vehicles

- 1) The dimension of a poster or display is to minimum be 70 cm x 50 cm.
- 2) The information is to be easily legible.
- 3) Where an electronic display is used, the size of the screen is to minimum be 25 X 32 cm (17"). Information must be displayed using a scroll function.
- 4) New passenger cars and light goods vehicles are grouped and stated separately by fuel type (petrol or diesel). The range of vehicles offered within each fuel type are to be listed by variant and in ascending fuel consumption order. Fuel consumption is therefore listed irrespective of vehicle model and with the variant with the lowest fuel consumption at the top.
- 5) The fuel consumption and CO₂ emissions of each new passenger car and light goods vehicle is to be stated on the list, cf. Annex 1, Point 2 and 4.
- 6) A computer can be set up as an alternative to a poster or display, which is connected to www.bilviden.dk and which consumers can use free of charge.

A design suggestion is shown below.

Fuel type	Order	Model	CO₂ emissions	Fuel consumption
Petrol	1			
	2			
	...			
Diesel	1			
	2			
	...			

- 7) The poster /display is to contain the below texts:
 ‘A pamphlet with consumer information on vehicle fuel consumption and CO₂ emissions is to be available free of charge at all sales premises. The pamphlet refers to www.bilviden.dk. Searches for passenger cars and light goods vehicles which are offered on the market can be carried out here’.

‘Actual fuel consumption and the CO₂ emissions achieved and achieving the vehicle’s stated fuel consumption are dependant upon the way the vehicle is driven. CO₂ is the greenhouse gas which is primarily responsible for global warming.’

The above texts are to be continuously visible where an electronic display is used.

- 8) The poster is to be kept fully up to date and is to be updated minimum once every sixth months. Information presented using electronic displays, is to be updated minimum every three months. New vehicle models introduced between updates are to be added to the bottom of the list.

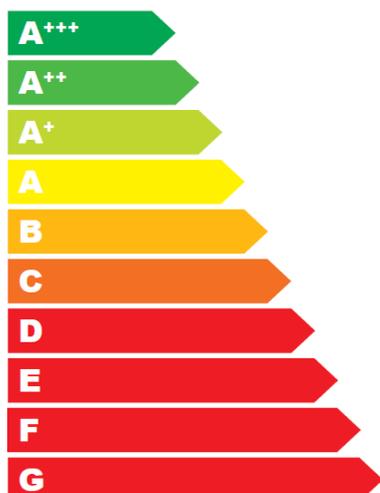
9) Displays can fully and permanently replace the use of posters. Where posters are replaced by displays, a poster of minimum dimensions 70 x 50 cm is to be displayed at a conspicuous location in the display premises, which includes the following text: 'An electronic display in these display premises presents a list of the fuel consumption and CO₂ emissions of all new passenger cars and light goods vehicles which are offered for sale or leasing through this sales premises'.

+++NOTES+++

---NOTES---

Number
IENM/BSK-

Description of the energy class arrow for use in advertisements etc.



Minimum requirements for arrow marking size used in information and marketing materials:

The energy class arrows are to be clearly presented and in a way that is at least as conspicuous as other information in the advertising materials

Energy class arrows for vehicles included in advertising materials, can be downloaded from www.bilviden.dk. Advertising materials that relate to several models / variants are only required to include the energy class arrows, cf. Article 4 Paragraph 3, for the variant with the lowest and the variant with the highest consumption included in the advertising material.

+++NOTES+++

---NOTES---

Anexo 7.1. - Tradução do Documento N-2012-0156-EN

1. -----IND- 2012 0156 DK- PT- ----- 20120322 --- ---
PROJET

DECRETO-LEI RELATIVO À INDICAÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE AUTOMÓVEIS NOVOS DE PASSAGEIROS E DE MERCADORIAS¹⁾/NREF/FN501//²⁴

Number
IENM/BSK-

Nos termos do n.º 1 do artigo 17.º e do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 455, de 18 de maio de 2011, relativa à rotulagem energética dos produtos relacionados com o consumo de energia, é estabelecido o seguinte:

Artigo 1.º 1 – Os automóveis novos de passageiros e ligeiros de mercadorias expostos para venda em pontos de venda devem conter informação sobre o consumo de combustível, assim como a restante informação normalizada sobre o produto e estabelecida no presente decreto-lei (ver, no entanto, o n.º 5).

2 – O presente decreto-lei define automóveis novos de passageiros como automóveis concebidos para transportar um máximo de nove pessoas, incluindo o condutor, e que não tenham sido anteriormente registados na Dinamarca ou no estrangeiro.

3 – O presente decreto-lei define automóveis novos ligeiros de mercadorias como automóveis concebidos para o transporte de mercadorias, cujo peso máximo permitido não ultrapasse os 3 500 kg e que não tenham sido anteriormente registados na Dinamarca ou no estrangeiro.

4 – O presente decreto-lei define pontos de venda como qualquer local, por exemplo em exposições ou salões automóveis, onde os automóveis sejam exibidos ou colocados à venda ou *leasing*, Estão incluídas nesta definição as feiras em que os automóveis de passageiros e ligeiros de mercadorias são apresentados ao público.

5 – A obrigação de rotular (ver n.º 1 do artigo 1.º,) não inclui automóveis que utilizam exclusivamente eletricidade ou gás como combustível.

Rotulagem energética

Artigo 2.º A rotulagem energética e a informação sobre o consumo de combustível, entre outros, dos automóveis novos de passageiros e ligeiros de mercadorias deve incluir as informações especificadas no anexo 1. Deve, ainda, ser concebido e impresso de acordo com o mesmo anexo. A rotulagem energética é considerada de acordo com o anexo 1 quando impressa no sítio Web www.bilviden.dk.

Cartaz ou monitor

Artigo 3.º Um cartaz ou monitor com a informação, entre outros, sobre o consumo de combustível dos automóveis novos deve incluir a informação especificada no anexo 2.

¹⁾ O decreto-lei contém regulamentos que implementam partes da Diretiva 1999/94/EC do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 1999, JO L 12 de 18.1.2000, p. 16.

O projeto de decreto-lei foi notificado em conformidade com a Diretiva 98/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (diretiva relativa a um procedimento de informação), com a última redação que lhe foi dada pela Diretiva 98/48/CE.

Literatura promocional

Artigo 4.º A literatura promocional (brochuras, fichas técnicas, lista de vendas, anúncios em jornais, revistas, imprensa especializada ou na Internet, *banners* da Web, cartazes e afins) utilizados para comercialização e promoção de vendas ao público dos automóveis novos de passageiros e ligeiros de mercadorias devem incluir a classe de eficiência energética (conforme indicado no anexo 3), o consumo de combustível e as emissões de CO₂ para os modelos e versões a que está associada a literatura promocional (ver, no entanto, o n.º 4). Esta informação deve, no mínimo, cumprir as obrigações estabelecidas nos n.ºs 2 e 3.

2 – A informação deve ser facilmente visível, de fácil compreensão e apresentada de forma clara de tal forma que seja, pelo menos, tão visível como a restante informação da literatura promocional.

3 – Se a literatura promocional estiver associada a vários modelos e/ou versões, as classes de eficiência energética listadas no anexo 3, o consumo de combustível e as emissões CO₂ devem ser indicadas para as versões com os consumos menor e maior.

4 – Se a literatura promocional estiver associada a uma marca, e não a um modelo específico, não é necessário incluir informações sobre a classe de consumo de energia, o consumo de combustível e as emissões CO₂.

Folhetos com informações relativas ao consumo de combustível e às emissões CO₂

Artigo 5.º A Autoridade dos Transportes dinamarquesa, em cooperação com os fabricantes ou seus representantes, deve criar, quando necessário, um folheto que contenha informações gerais para o consumidor relativas ao consumo de combustível e às emissões CO₂ dos automóveis. O folheto faz referência ao sítio Web www.bilviden.dk, onde podem ser efetuadas pesquisas por automóveis de passageiros e ligeiros de mercadorias disponíveis no mercado. Os consumidores podem receber este folheto gratuitamente, a pedido, nos pontos de venda.

Obrigações dos fabricantes e distribuidores

Artigo 6.º Os fabricantes ou os seus representantes são obrigados a deixar à disposição dos distribuidores todas as informações necessárias, de modo que estes satisfaçam as obrigações previstas no presente decreto-lei.

Artigo 7.º Todas as partes que exibam automóveis novos de passageiros e ligeiros de mercadorias num ponto de venda devem prover os automóveis da rotulagem energética especificada no artigo 2.º antes de o colocar em exposição. A rotulagem energética deve ser colocada no para-brisas do automóvel, de forma a ser visível do exterior, ou, em alternativa, ser afixada, de forma visível, perto do automóvel, de modo a conter o preço e as informações ao consumidor. Os automóveis novos de passageiros e ligeiros de mercadorias não podem ostentar outras etiquetas, marcas, símbolos ou inscrições além das especificadas no artigo 2.º (rotulagem energética), caso estas possam induzir em erro.

2 – Todas as partes que exponham automóveis novos de passageiros num ponto de venda devem providenciar, gratuitamente e a pedido do cliente, o folheto especificado no artigo 5.º, que contém informações gerais para o consumidor relativas ao consumo de combustível e às emissões CO₂ do automóvel.

3 – Todas as partes que exibam automóveis novos de passageiros num ponto de venda devem afixar um cartaz ou um monitor, numa posição visível, para cada marca de automóvel e em conformidade com o artigo 3.º. Em alternativa, pode ser montado e disponibilizado um computador, gratuitamente, aos consumidores com ligação a www.bilviden.dk.

4 – Todas as partes que possuam literatura promocional destinada à comercialização e promoção de vendas de automóveis novos de passageiros e ligeiros de mercadorias devem assegurar que esta está de acordo com o artigo 4.º.

Number
IENM/BSK-

Supervisão, etc.

Artigo 8.º A Autoridade dos Transportes dinamarquesa supervisiona o cumprimento do disposto no presente decreto-lei.

2 – A Autoridade dos Transportes dinamarquesa pode transferir a supervisão estipulada no n.º 1 para outra autoridade.

Recursos

Artigo 9.º Se a Autoridade dos Transportes dinamarquesa delegar noutra autoridade a supervisão do cumprimento do disposto no presente decreto-lei, as decisões desta autoridade de supervisão podem ser objeto de recurso da Autoridade dos Transportes dinamarquesa.

2 – O prazo para interposição de recurso é de 6 semanas a contar da data em que a decisão foi notificada.

3 – As decisões da Autoridade dos Transportes dinamarquesa não podem ser objeto de recurso para o ministro dos Transportes.

Regulamento

Artigo 10.º A Autoridade dos Transportes dinamarquesa, em colaboração com as organizações de consumidores, a indústria e a Agência Dinamarquesa para a Energia, irá discutir e manter atualizada a informação que deve ser incluída na rotulagem energética (ver anexo 1), incluindo a classificação segundo a classe de eficiência energética.

Sanções

Artigo 11.º Será penalizado com coima quem infringir os artigos 6.º e 7.º.

2 – A responsabilidade penal pode ser imposta às entidades, etc. (entidades jurídicas), nos termos das regras do capítulo 5 do Código Penal.

Entrada em vigor

Artigo 12.º O decreto-lei entra em vigor a 1 de julho de 2012.

2 – Com a sua entrada em vigor, fica revogado o Decreto-Lei n.º 1437, de 11 de dezembro de 2009, relativo à rotulagem energética, entre outros, de automóveis novos de passageiros e ligeiros de mercadorias.

Disposições transitórias

Artigo 13.º A literatura promocional impressa para automóveis novos de passageiros e ligeiros de mercadorias sob a forma de brochuras, fichas técnicas e cartazes que não

estejam em conformidade com o artigo 4.º e que tenham sido impressos antes da entrada em vigor do presente decreto-lei podem ser utilizados até 1 de janeiro de 2013.

2 – As campanhas e as publicidades acordadas antes da data de entrada em vigor podem ser exibidas até 1 de janeiro de 2013.

A Autoridade dos Transportes dinamarquesa, a xx de xx de 2012+++NOTAS+++
/NPKT/FN501// O decreto-lei contém regulamentos que implementam partes da Diretiva 1999/94/CE do
Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 1999, JO L 12 de 18 de janeiro de 2000, p. 16.
---NOTAS---

Carsten Falk Hansen

/ Ib Rasmussen

Notas relativas à rotulagem energética de automóveis novos de passageiros e ligeiros de mercadorias

As notas seguintes aplicam-se ao exemplo de rotulagem energética incluído no final do presente anexo, que especifica qual a informação a ser prestada.

- 1) Tipo de veículo: Automóvel de mercadorias ou automóvel de passageiros Number
IENM/BSK-
 Combustível: Gasolina ou gasóleo
 Marca: Nome da empresa do fabricante, ou seja, Opel, Toyota ou VW, etc.
 Modelo: Automóveis com componentes concebidos de forma substancialmente comum, isto é, Astra, Corolla ou Golf, etc.
 Versão: O tamanho do motor e qualquer símbolo do equipamento ou conceção suplementares, isto é, 1.2 16v, 1.4 HB ou 1.9 TDI, etc.
 Os automóveis que estejam abrangidos pela homologação CE devem ser da marca, modelo e versão estipuladas na notificação.
- 2) O consumo de combustível do automóvel, medido em conformidade com a Diretiva 80/1268/CEE do Conselho ou com o Regulamento (CE) n.º 692/2008 da Comissão, deve ser convertido em quilómetros por litro (km/l), arredondado em uma casa decimal e classificado de A+++ a G de acordo com as seguintes formas:

Classes energéticas	Consumo de combustível km/l	
	Gasolina	Gasóleo
A+++	34,3 no mínimo	38,6 no mínimo
A++	25,5 – 34,2	28,1 – 38,5
A+	20,1 – 25,1	22,5 – 28,0
A	18,2 – 20,0	20,5 – 22,4
B	18,1 - 15,4	20,4 - 17,3
C	15,3 - 14,3	17,2 - 16,1
D	14,2 - 12,5	16,0 - 14,1
E	12,4 - 11,8	14,0 - 13,2
F	11,7 - 10,5	13,1 - 11,9
G	Inferior a 10,5	Inferior a 11,9

A classe energética é identificada na rotulagem energética através de uma seta e uma letra que corresponde à respetiva classe.

- 3) O consumo de combustível do automóvel, em conformidade com o ponto 2, é indicado em quilómetros por litro (km/l).

- 4) As emissões CO₂, medidas em conformidade com a Diretiva 80/1268/CEE do Conselho ou com o Regulamento (CE) n.º 692/2008 da Comissão, são especificadas em gramas por quilómetro (g/km).
- 5) As reduções de CO₂ obtidas no automóvel como resultado de tecnologias de poupança energética homologadas são especificadas em gramas por quilómetro (g/km).
- 6) O imposto anual de propriedade de veículos, em conformidade com a lei relativa ao imposto sobre o consumo de combustível, etc. para automóveis de passageiros e ligeiros de mercadorias específicos (ver versão consolidada da Lei n.º 835, de 1 de julho de 2011, alterada pelo artigo 1.º da Lei n.º 1384, de 28 de dezembro de 2011, relativa à alteração da lei do imposto sobre o consumo de combustível), com a lei relativa a diversos impostos sobre o consumo, com a lei relativa ao imposto sobre a água canalizada, com a lei relativa ao imposto de circulação, etc., com a lei relativa ao abastecimento de águas, etc. e com a lei relativa às metas ambientais, é especificado em coroas dinamarquesas por ano. Os «custos anuais de combustível» são calculados e especificados para uma quilometragem de 20 000 km nos automóveis de passageiros e 25. 000 km nos automóveis ligeiros de mercadorias e um preço do litro estabelecido pela Autoridade dos Transportes dinamarquesa. São também especificados impostos adicionais para utilização «privada/empresarial» ou «privada» de automóveis ligeiros de mercadorias.
- 7) Se a segurança do automóvel for testada com base nos ensaios realizados em conformidade com o programa EuroNCAP (Programa Europeu de Avaliação de Novos Modelos de Automóveis), esta será indicada através de um sistema de estrelas, ou da informação «não testado».
- 8) O texto de exemplo constante do ponto 8 deve ser sempre exibido e apenas os automóveis novos de passageiros devem especificar uma lista de que conste o consumo de combustível e as emissões CO₂. O texto sobre os gases de escape dos automóveis a gásóleo apenas deve ser exibido nos automóveis a gásóleo.

Tamanho da rotulagem energética

As dimensões do rótulo devem ser de 297 x 210 mm (A4) e, além disso, estar em conformidade com as dimensões especificadas no exemplo.

Tipo de letra Arial

Cores CMYK – ciano, magenta, amarelo, preto

Exemplo de cor:

070X0: 0 % ciano, 70 % magenta, 100 % amarelo, 0 % preto.

Seta:

- A+++ : X-00-X-00
- A++ : 70-00-X-00
- A+ : 30-00-X-00
- A : : 00-00-X-00
- B : 00-30-X-00
- C : 00-70-X-00
- D : 00-X-X-00
- E : 00-X-X-00
- F : 00-X-X-00
- G : 00-X-X-00

Number
IENM/BSK-

Todo texto a preto. Fundo branco.

Informações adicionais disponíveis em:

Autoridade dos Transportes dinamarquesa: Trafikstyrelsen, Edvard Thomsens Vej 14, 2300 Copenhagen S, Dinamarca, telefone +45 72218800. |

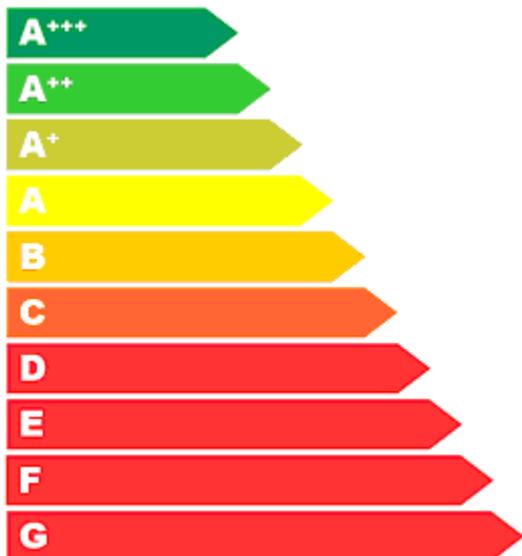
Energia

Automóvel de passageiros/ Ligeiro de mercadorias
Gasóleo/Gasolina

**Logótipo do
automóvel**

**Marca
Modelo**

Mais eficiente



Menos eficiente

Consumo de combustível em km/l
De acordo com a homologação oficial

Emissões de CO₂ em g/km

Reduções especiais de CO₂ em g/km
Reduções de CO₂ como resultado de tecnologias especiais de poupança energética

Informações financeiras
Imposto de propriedade por ano.
Imposto suplementar por utilização combinada empresarial/privada, por ano.
Imposto suplementar por utilização privada, por ano.
Custos de combustível para 2x 000 km e X.XX coroas dinamarquesas por litro

Segurança
A avaliação da Autoridade dos Transportes dinamarquesa da segurança do automóvel, com base no EuroNCAP, adaptado às versões dinamarquesas.
Detalhes adicionais disponíveis em www.bilviden.dk

Está disponível, gratuitamente, um folheto com informações sobre o consumo de combustível e as emissões CO₂ do automóvel em todos os pontos de venda, assim como um resumo completo disponível em www.bilviden.dk.

O consumo real de combustível e as emissões de CO₂, assim como o consumo de combustível previsto para o automóvel, dependem, na verdade, do modo de condução do automóvel. O CO₂ é um gás com efeito de estufa e o principal responsável pelo aquecimento global. O consumo efetuado por unidades de ar condicionado e aparelhos semelhantes não está incluído na informação sobre o consumo de combustível.

Anexo 2

Descrição do cartaz ou monitor que deve ser colocado num ponto de venda de automóveis de passageiros e ligeiros de mercadorias

- 1) As dimensões mínimas de um cartaz ou monitor devem ser, no mínimo, de 70 cm x 50 cm.
- 2) A informação deve ser facilmente legível.
- 3) Quando é utilizado um monitor eletrónico, o tamanho do monitor deve ser, no mínimo, de 25 X 32 cm (17"). A informação deve ser exibida de modo a ser possível fazer deslizar a página.
- 4) Os automóveis novos de passageiros e ligeiros de mercadorias devem ser agrupados e apresentados em separado por tipo de combustível (gasolina ou gasóleo). As gamas de automóveis para venda, dentro de cada tipo de combustível, devem ser listadas por versão e em ordem ascendente, em função do consumo de combustível. Assim, o consumo de combustível é listado independentemente do modelo do automóvel e com a versão de menor consumo de combustível no topo.
- 5) O consumo de combustível e as emissões de CO₂ de cada automóvel novo de passageiros e ligeiro de mercadorias deve ser indicado na lista (ver anexo 1, pontos 2 e 4).
- 6) Pode ser montado um computador, em alternativa ao cartaz ou monitor, com ligação ao sítio Web www.bilviden.dk e que os consumidores possam utilizar gratuitamente.

A seguir é apresentada uma sugestão de formato.

Tipo de combustível	Ordem	Modelo	Emissões de CO ₂	Consumo de combustível
Gasolina	1			
	2			
	...			
Gasóleo	1			
	2			
	...			

- 7) O cartaz/ monitor deve conter os seguintes textos:
«Está disponível um folheto com informação ao consumidor sobre o consumo de combustível e as emissões de CO₂ do automóvel, gratuitamente, em todos os pontos de venda. O folheto faz referência a www.bilviden.dk. Aqui podem ser efetuadas pesquisas por automóveis de passageiros e ligeiros de mercadorias disponíveis no mercado».

«O consumo real de combustível e as emissões de CO₂, assim como o consumo de combustível previsto para o automóvel, dependem, na verdade, do modo de condução do automóvel. O CO₂ é um gás com efeito de estufa e o principal responsável pelo aquecimento global.»

Os textos mencionados acima devem estar visíveis continuamente quando for utilizado um monitor eletrônico.

8) O cartaz deve ser mantido atualizado e devem ser feitas novas atualizações, no mínimo, a cada seis meses. As informações apresentadas em monitores eletrônicos devem ser atualizadas, no mínimo, a cada três meses. Os novos modelos de automóveis introduzidos entre as atualizações devem ser adicionados à parte inferior da lista.

9) Os monitores podem substituir total e permanentemente a utilização de cartazes. Se os cartazes forem substituídos por monitores, deve ser exibido, perto do monitor e em local bem visível, um cartaz com as dimensões mínimas de 70 x 50 cm com o seguinte texto: «Está disponível neste local um monitor eletrônico que apresenta uma lista do consumo de combustível e das emissões de CO₂ de todos os automóveis novos de passageiros e ligeiros de mercadorias disponíveis para venda ou *leasing* neste ponto de venda».

+++NOTAS+++

---NOTAS---

Anexo 3

Descrição da seta da classe energética para utilização em publicidade, etc.



Requisitos mínimos para a marcação do tamanho das setas utilizadas em materiais informativos e comerciais:

As setas de classe energética devem ser claramente apresentadas de modo que sejam pelo menos tão visíveis como a restante informação na literatura promocional.

As setas de classe energética incluídas na literatura promocional podem ser descarregadas do sítio Web www.bilviden.dk. A literatura promocional associada a vários modelos /versões apenas necessita de incluir a classe energética (ver n.º 2 do artigo 4.º) para as versões com menor e maior consumo, incluídas na literatura promocional.

+++NOTAS+++
---NOTA

8 – Documento N-2012-0308-EN

1. -----IND- 2012 0308 NL- EN- ----- 20120515 --- --- PROJET

Regulation of the Secretary of State for Infrastructure and the Environment, of....., no. IENM/BSK-, laying down/amending the 2009 designation regulation on random depreciation and investment allowance for environmental investments

The Secretary of State for Infrastructure and the Environment,

Acting in accordance with the Secretary of State for Finance and after consultation with the Secretary of State for Economic Affairs, Agriculture and Innovation;

Having regard to Articles 3.31, second paragraph, and 3.42a, second paragraph of the Income Tax Act (Wet inkomstenbelasting) 2001

DECREES:

ARTICLE I

The appendices to the 2009 designation regulation on the random depreciation and investment allowance for environmental investments shall be amended as follows:

A

Paragraph 1, part 7, shall be amended as follows:

1. In the list of business assets and codes, the following shall be deleted:

F 1001 Test or pilot installation for an innovative environmentally friendly technique.

2. In the list of business assets and codes, the following shall be added in numerical order:

F 1003 Production devices for (semi-)manufactures on the basis of green raw materials.

B

Paragraph 2 shall be amended as follows:

1. At the beginning of the notes to part F 1003 (after the colon), two sentences shall be incorporated, reading: This is a so-called generic business asset. For information regarding generic business assets, see item 7 of the General Provisions (Paragraph 1 of the Environmental list).

2. Part A 1022 and F 1024 shall be amended as follows:

a. in part a, sub 1, second dash 'outstanding' is replaced by: 'excellent';

b. in part a, sub 2, the subsection after the dash shall read:

the text under the last dash shall read:

with the acquired timber that shall be processed in the building, that complies with BREAAAM-NL Nieuwbouw or GPR Gebouw 4 complying with the requirements of TPAC (Timber Procurement Assessment Committee) and the contractor(s) having a Keurhout-chain of custody certificate or a 'Chain of Custody' certificate or a certificate system approved by TPAC.

3. In part a, sub 2 of parts B 1023, F 1024 and A 1025, the subsection after the dash shall read:

with the acquired timber that shall be processed in the building, that complies with BREAAAM-NL Nieuwbouw or GPR Gebouw 4 complying with the requirements of TPAC (Timber Procurement Assessment Committee) and the contractor(s) having a Keurhout-chain of custody certificate or a 'Chain of Custody' certificate or a certificate system approved by TPAC.

4. In part b of parts A 1140, F 1147, A 1148, B 1149 and E 1150, 'of renovatie' ('or renovation') shall be replaced by: 'of grootschalige renovatie' ('or large-scale renovation').

Number
IENM/BSK-

5. A new sub-section is inserted after sub-section C 4155, which shall read as follows:

A 4161

Noise-proof superstructure for a refrigerated trailer, closed lorry, delivery van or trailer

a. intended for: the reduction of peak levels during loading and unloading in built-up areas by a refrigerated trailer, closed lorry, delivery van or trailer, with the noise level LpA (7.5m) of the following parts, where applied, not exceeding 60 dB(A), measured according to the Measuring method for peak noises on loading and unloading, report DGT-RPT-020131 of 11 November 2002, drafted by TNO:

1. floor and walls,
2. tailboard,
3. top board,
4. sliding door,
5. side door,
6. a cryogenic refrigeration installation or a refrigeration installation powered by the truck engine, and
7. a reversing beep,

b. consisting of: a trailer, a delivery van, a semitrailer or a superstructure for a closed lorry.

6. Part B 4161 shall be deleted.

7. Part A 4162 shall read as follows:

A 4162

Silent closed lorry or truck

a. being: a closed lorry or a truck with:

- an empty weight of at least 7,500 kilograms,
- an engine noise not exceeding 72 dB(A), and
- an engine that complies with the Euro V requirements but does not comply with the Euro VI requirements in conformity with Regulation (EC) No 2009/505 of 18 June 2009 and (EU) No 582/2011 of the European Commission of 25 May 2011,

and for which a Piek-Keur QuietTRUCK certificate has been issued,

b. consisting of: a closed lorry or truck

Explanation: Hybrid trucks or closed lorries may be reported under business asset code B 5075. Electric closed lorries or trucks may be reported under business asset code F 5070.

8. In part F 5070, sub a, the phrase 'elektromotor, eventueel in combinatie met een verbrandingsmotor, dat is voorzien van een stekker en een oplaadvoorziening waarmee de lithiumhoudende accu opgeladen kan worden (plug-in hybride), niet zijnde een fiets, bromfiets, een snorfiets, een tram of een metro' ('electric engine, possibly in combination with a combustion engine, provided with a plug and a charging facility enabling the lithium-containing battery to be charged (plug-in hybrid), not being a bicycle, moped, motorised bicycle, tram or underground train') is replaced by: 'elektromotor en een lithiumhoudende accu, eventueel in combinatie met een

verbrandingsmotor, dat is voorzien van een stekker en een oplaadvoorziening waarmee de accu opgeladen kan worden (plug-in hybride), niet zijnde een fiets, bromfiets, snorfiets, vorkheftruck, tram of een metro' ('electric engine and a lithium-containing battery, possibly in combination with a combustion engine, provided with a plug and a charging facility enabling the battery to be charged (plug-in hybrid), not being a bicycle, moped, motorised bicycle, forklift truck, tram or underground train').

9. A new subsection shall be inserted after subsection C 9305, which shall read as follows:

C 9308

Photovoltaic solar energy system in combination with replacement of asbestos-containing roofs

a. intended for: generating electrical energy from sunlight with the aid of solar cells with a joint peak voltage of at least 90 Watt, placed on a location where at the same time an asbestos-containing roof has been replaced according to the requirements of business asset code A 9309,

b. consisting of: panels, (possibly) active sun following system, (possibly) electricity/voltage converter, (possibly) accumulator, (possibly) connection to the electricity network.

10. In part A 9309, sub b, the last sentence shall read:

The business asset is eligible for environmental investment allowance and random depreciation of environmental investments for a maximum of €40 per square meter of replacement roof plate, €40 per meter of replacement guttering and €20 per square meter of replacement siding.

ARTICLE II

This Regulation shall enter into force on

This Regulation and the notes shall be published in the Government Gazette.

THE SECRETARY OF STATE FOR INFRASTRUCTURE AND THE ENVIRONMENT,

Joop Atsma

THE SECRETARY OF STATE FOR FINANCE,

Frans Weekers

EXPLANATORY MEMORANDUM

1. Amendments to the Environmental List

The current regulation shall provide the amendments to the 2012 Environmental List regarding the Environment Investment Allowance and Random Depreciation of Environmental Investments (Milieulijst milieu-investeringsaftrek en willekeurige afschrijving milieu-investeringen 2012) (published in the Government Gazette 2011, 28 December 2011, No 22711).

Number
IENM/BSK-

The most important amendment concerns an addition to the Environmental List with a new business asset code: C 9308 Photovoltaic solar energy system in combination with replacement of asbestos-containing roofs. This addition seeks to encourage a combination of asbestos removal and the installation of solar panels. The Environment Investment Allowance was already available for the replacement of asbestos roof plates. Moreover, for the purchase of solar panels the Energy Investment Allowance could be invoked. The addition to the Environmental List makes the combination of both investments attractive in order to encourage the replacement of asbestos-containing roofs with roof plates featuring solar panels. Until 2012, it was possible to accelerate the depreciation of such investments as part of the crisis measures. As of 2012, this option has been removed. As free depreciations are now possible, an extra stimulus may be given to both the removal of asbestos and the placing of solar panels.

Vehicles with noise-reducing facilities with a Piek certificate could already become eligible for MIA (Environment Investment Allowance) and VAMIL (Random Depreciation of Environmental Investments). A new option is that under business asset code A 4162 the entire truck may be reported, provided it holds the so-called QuietTRUCK certificate by Piek-Keur. Anticipating a possible grant scheme for Euro VI vehicles, EURO VI vehicles have been excluded here. Moreover, it is not expected that Euro VI trucks with Piek-Keur will already be on the market next year. Natural gas or biogas trucks that comply with the requirements of Euro V, may submit a report as well.

Finally, business asset code F 1001 (Test or pilot installation) shall be deleted due to the implementation of the Research and Development Allowance (RDA) and the wording of a number of passages in the 2012 Environmental List has been clarified.

2. Administrative burden and compliance costs

This amendment applies to an existing regulation. Therefore, it involves no changes in the procedure that have to be complied with nor any changes regarding the administrative burden or the compliance costs involved in the regulation.

3. Notification

As it concerns technical specifications accompanied by tax and financial measures impacting the use of products because they encourage compliance with technical specifications as referred to in Article 1, item 11, second subsection, third dash, of Regulation No 98/34/EC of the European Parliament and of the Council of the European Union of 22 June 1998 laying down a procedure for the provision of information in the field of technical standards and regulations and of rules on Information Society services (OJ L 204), as amended by Directive No. 98/48/EC (OJEC L 217), the draft regulation was reported to the Commission of the European Communities on [date] [notification number 2012/.../NL) to comply with Article 8, first paragraph of such regulation. Article 10, fourth paragraph of this regulation entails that, following notification, the regulation may enter into force with immediate effect.

4. Entry into force

On determining the date of entry into force, the system of established amendment times (Parliamentary Papers II 2009/10, 29 515, No 309) has been deviated from, as the target groups will benefit from accelerated entry into force.

THE SECRETARY OF STATE FOR INFRASTRUCTURE AND THE ENVIRONMENT,

Joop Atsma

THE SECRETARY OF STATE FOR FINANCE,

Frans Weekers

Anexo 8.1. - Tradução do Documento N-2012-0308-EN

1. -----IND- 2012 0308 NL- PT- ----- 20120515 --- --- PROJET

Regulamento do secretário de Estado das Infraestruturas e do Ambiente, de, n.º IENM/BSK-, que estabelece e que altera o Regulamento de indicação relativo à amortização aleatória e os benefícios fiscais aos investimentos ambientais, de 2009

O secretário de Estado das Infraestruturas e do Ambiente,

Number
IENM/BSK-

Agindo em conformidade com o secretário de Estado das Finanças e após consulta com o secretário de Estado dos Assuntos Económicos, da Agricultura e da Inovação;

Tendo em conta o artigo 3.31, n.º 2, e o artigo 3.42-A, n.º 2, da Lei relativa ao imposto sobre o rendimento, de 2001,

DECRETA:

ARTIGO 1.º

Os anexos do Regulamento de indicação relativo à amortização aleatória e os benefícios fiscais aos investimentos ambientais, de 2009, passam a ter a seguinte redação:

A

A secção 1, ponto 7, passa a ter a seguinte redação:

1. Na lista de ativos e códigos, é eliminado o seguinte:

F 1001 Instalação de teste ou piloto para uma técnica inovadora amiga do ambiente.

2. Na lista de ativos e códigos, é aditado o seguinte por ordem numérica:

F 1003 Dispositivos de produção para (semi)produtos baseados em matérias-primas ecológicas.

B

A secção 2 passa a ter a seguinte redação:

1. No início das notas do ponto F 1003 (a seguir ao ponto), são inseridas duas frases, onde se lê: A isto dá-se o nome de ativos genéricos. Para mais informações relativas aos ativos genéricos, ver o ponto 7 das disposições gerais (secção 1 da lista ambiental).

2. O ponto A 1022 e F 1024 passam a ter a seguinte redação:

a) na alínea a), subponto 1, segundo travessão, a expressão «outstanding» é substituída por «excellent»;

b) na alínea a), subponto 2, a subsecção após o travessão passa a ter a seguinte redação: o texto que se segue ao último travessão passa a ter a seguinte redação:

com a madeira adquirida que deve ser processada no edifício, que cumpre o *BREAAM-NL Nieuwbouw* ou o *GPR Gebouw 4*, em conformidade com os requisitos do TPAC (*Timber Procurement Assessment Committee*) e tendo o contratante um certificado *Keurhout-chain-of-custody* ou um certificado de «Chain of Custody» ou um sistema certificado aprovado pelo TPAC.

3. Na alínea a), subponto 2, dos pontos B 1023, F 1024 e A 1025, a subsecção após o travessão passa a ter a seguinte redação:

com a madeira adquirida que deve ser processada no edifício, que cumpre o *BREAAM-NL Nieuwbouw* ou o *GPR Gebouw 4*, em conformidade com os requisitos do TPAC (*Timber Procurement Assessment Committee*) e tendo o contratante um certificado

Keurhout-chain-of-custody ou um certificado de «Chain of Custody» ou um sistema certificado aprovado pelo TPAC.

4. Na alínea b) dos pontos A 1140, F 1147, A 1148, B 1149 e E 1150, a expressão «ou renovação» é substituída por «ou renovação em grande escala».

5. É inserido um novo ponto após o ponto C 4155, que passa a ter a seguinte redação:

A 4161

Superestrutura à prova de ruídos para um reboque frigorífico, um camião de caixa fechada, uma furgoneta ou um reboque

a) destinada a: reduzir os níveis máximos durante a carga e a descarga em zonas urbanizadas de reboques frigoríficos, camiões de caixa fechada, furgonetas ou reboques, onde o nível de ruído LpA (7,5 m) dos seguintes componentes, caso aplicável, não exceda os 60 dB(A), medidos de acordo com o método de medida de ruídos máximos durante as cargas e descargas, Relatório DGT-RPT-020131, de 11 de novembro de 2002, redigido pela TNO:

1. piso e paredes,
 2. plataforma traseira,
 3. painel superior,
 4. porta corrediça,
 5. porta lateral,
 6. uma instalação de refrigeração criogénica ou uma instalação de refrigeração alimentada pelo motor do camião, e
 7. um sinal sonoro de marcha atrás,
- b) composta por: um reboque, uma furgoneta, um semirreboque ou uma superestrutura para um camião de caixa fechada.

6. O ponto B 4161 é eliminado.

7. O ponto A 4162 passa a ter a seguinte redação:

A 4162

Camião de caixa fechada ou trator silenciosos

a) que consiste: num camião de caixa fechado ou num trator com:

- uma tara de pelo menos 7 500 quilogramas,
- um ruído do motor não superior a 72 dB(A), e
- um motor que cumpra os requisitos Euro V, mas não cumpra os requisitos Euro VI em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 595/2009, de 18 de junho de 2009, e o Regulamento (UE) n.º 582/2011 da Comissão, de 25 de maio de 2011,

e para o qual tenha sido emitido um certificado Piek-Keur QuietTRUCK;

b) composto por: um camião de caixa fechada ou trator

Nota: Os tratores ou os camiões de carga fechados híbridos podem ser notificados de acordo com o código de ativos B 5075. Os camiões de caixa fechada ou tratores elétricos podem ser notificados de acordo com o código de ativos F 5070.

8. No ponto F 5070, subponto a, a frase «motor elétrico, possivelmente em combinação com um motor de combustão, que é fornecido com uma ficha e um dispositivo de carregamento que permite carregar a bateria contendo lítio (veículo híbrido com alimentação através da rede elétrica), que não seja uma bicicleta, um ciclomotor, um velomotor, um elétrico ou um metropolitano» é substituída por «motor elétrico e bateria contendo lítio, possivelmente em combinação com um motor de combustão, que é fornecido com uma ficha e um dispositivo de carregamento que permite carregar a bateria (veículo híbrido com alimentação através da rede elétrica), que não seja uma bicicleta, um ciclomotor, um velomotor, uma empilhadora, um elétrico ou um metropolitano».

9. É aditado um novo ponto, após o ponto C 9305, que passa a ter a seguinte redação:

C 9308

Sistema de energia solar fotovoltaica em combinação com a substituição de telhados que contêm amianto

a) destinado a: gerar energia elétrica a partir da luz solar com a ajuda de células solares com uma potência máxima conjunta de, pelo menos, 90 Watt, colocadas num local onde, ao mesmo tempo, um telhado que contenha amianto tenha sido substituído, segundo os requisitos do código de ativos A 9309,

b) composto por: painéis, (possivelmente) sistema ativo de seguimento do sol, ^{Number} IENM/BSK- (possivelmente) conversor de eletricidade/voltagem, (possivelmente) acumulador, (possivelmente) ligação à rede de eletricidade.

10. No ponto A 9309, alínea b), a última frase passa a ter a seguinte redação:
O ativo é elegível para receber benefícios fiscais ambientais e para a amortização aleatória dos investimentos ambientais até um máximo de 40 € por metro quadrado de placa de telhado substituída, 40 € por metro de algerozes substituídos e 20 € por metro quadrado das laterais substituídas.

ARTIGO 2.º

O presente regulamento entra em vigor a

O presente regulamento e a respetiva exposição de motivos serão publicados no Diário Oficial.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS INFRASTRUTURAS E DO AMBIENTE,

Joop Atsma

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FINANÇAS,

Frans Weekers

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1. Alterações à lista ambiental

O presente regulamento deve apresentar as alterações à Lista Ambiental de 2012 relativa aos benefícios fiscais ambientais e à amortização aleatória dos investimentos ambientais (publicada no Diário Oficial de 2011, a 28 de dezembro de 2011, n.º 22711).

A alteração mais importante diz respeito a um aditamento à lista ambiental de um novo código de ativos: C 9308 Sistema de energia solar fotovoltaica em combinação com a substituição de telhados que contêm amianto. Este aditamento pretende incentivar a combinação da remoção do amianto e a instalação de painéis solares. Os benefícios fiscais ambientais já estavam disponíveis no caso da substituição das placas de telhado que contêm amianto. Além disso, pode recorrer-se aos benefícios fiscais ambientais na compra de painéis solares. O aditamento à lista ambiental combina os atrativos de ambos os investimentos, de modo a encorajar a substituição dos telhados que contêm amianto por placas de telhado com painéis solares. Até 2012 era possível acelerar a amortização destes investimentos, como parte das medidas tomadas no âmbito da crise. Em 2012, esta opção foi eliminada. Tendo em conta que atualmente são possíveis as amortizações voluntárias, pode ser dado um estímulo extra tanto para a remoção dos telhados que contêm amianto como para a colocação de painéis solares.

Os veículos com dispositivos de redução do ruído e com um certificado Piek já eram elegíveis para os MIA (benefícios fiscais ambientais) e a VAMIL (amortização aleatória dos investimentos ambientais). A nova opção é a de, sob o código de ativos A 4162, a totalidade do camião poder ser notificada, desde que tenha o certificado normalmente denominado de QuietTRUCK emitido pela Piek-Keur. Prevendo um possível plano de financiamento para os veículos Euro VI, estes foram aqui excluídos. Além disso, espera-se que os camiões Euro VI com Piek-Keur ainda não estejam disponíveis no mercado durante o próximo ano. Os camiões que utilizam gás natural ou biogás que cumpram com os requisitos do Euro V podem apresentar também um relatório.

Finalmente, o código de ativos F 1001 (Instalação de teste ou piloto) deve ser eliminado devido à implementação dos benefícios fiscais de investigação e Desenvolvimento (RDA) e clarificada a redação de algumas passagens na Lista Ambiental de 2012.

2. Encargos administrativos e custos de conformidade

A presente alteração aplica-se a um regulamento já existente. Portanto, não implica qualquer alteração no procedimento que deve ser cumprido nem qualquer alteração referente aos encargos administrativos ou aos custos de conformidade abrangidos no regulamento.

3. Notificação

No que se refere às especificações técnicas acompanhadas pelos impostos e medidas financeiras que têm impacto na utilização de produtos, já que estas encorajam o cumprimento das especificações técnicas referidas no artigo 1.º, n.º 11, alínea 2, terceiro travessão, da Diretiva 98/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de junho de 1998 relativa a um procedimento de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade de informação (JO L 204), com a redação que lhe foi dada pela Diretiva 98/48/CE (JO L 217), o projeto de regulamento foi notificado à Comissão Europeia a [data] (notificação com o n.º 2012/.../NL] em conformidade com o artigo 8.º, n.º 1, da mesma diretiva. O artigo 10.º, n.º 4, dessa diretiva implica que, após notificação, o regulamento entre em vigor e produza efeitos imediatos.

4. Entrada em vigor

Ao determinar a data de entrada em vigor, o sistema de datas de alterações instituídas

(Documentos do Governo II 2009/10, 29 515, N.º 309) não foi respeitado, já que os grupos-alvo vão beneficiar duma entrada em vigor acelerada.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS INFRASTRUTURAS E DO AMBIENTE,

Joop Atsma

Number
IENM/BSK-

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FINANÇAS,

Frans Weekers